

ANEXO 02

PLANO DE EXPLORAÇÃO AEROPORTUÁRIA (PEA)

ANEXO 02

PLANO DE EXPLORAÇÃO AEROPORTUÁRIA (PEA)

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]/2020

CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE EXPLORAÇÃO, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO INTEGRANTE DO BLOCO NOROESTE E BLOCO SUDESTE, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL

SUMÁRIO

1. Introdução	4
2. Definições	5
3. Objeto da Concessão	7
4. Complexo Aeroportuário	9
5. Especificações Mínimas dos Terminais de Passageiros	10
6. Melhorias da Infraestrutura Aeroportuária	12
7. Plano de Gestão da Infraestrutura	33
8. Da Qualidade de Serviço	37
APÊNDICE A	39
APÊNDICE B	40
APÊNDICE C	42
APÊNDICE D	50
APÊNDICE E	51
APÊNDICE F	94
APÊNDICE G	97

1. Introdução

- 1.1. O PLANO DE EXPLORAÇÃO AEROPORTUÁRIA (PEA) detalha e especifica o objeto da CONCESSÃO, delimita os Complexos Aeroportuários, prevê as especificações mínimas requeridas para os terminais de passageiros, investimentos iniciais para melhoria da infraestrutura, as obrigações relativas ao Plano de Gestão da Infraestrutura (PGI), estabelece o nível de serviço por meio dos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento, delimita os Indicadores de Qualidade do Serviço e estabelece os planos para a continuidade do funcionamento adequado dos aeroportos em situações específicas.

2. Definições

2.1. Para os fins do presente PEA, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as expressões seguintes são assim definidas:

ACI	Avaliação das Condições das Instalações, um dos relatórios componentes do PGI.
Balanceamento	Refere-se à compatibilidade da capacidade operacional de cada componente aeroportuário com a capacidade do(s) Terminal(is) de Passageiros conforme o nível de serviço estabelecido no PEA, de forma a atender adequadamente a demanda ao longo de todo período da CONCESSÃO.
Categoria de Aeronave	Código de Referência indicado pela ANAC para as aeronaves. Conferir o Apêndice F para a classificação dos aeroportos conforme a Categoria de Aeronave que operam.
Demanda Prevista	Demanda projetada pela CONCESSIONÁRIA no PGI a ser apresentado à ARTESP.
Empresas Aéreas	Pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, devidamente autorizadas a executar, no espaço aéreo brasileiro, transporte aéreo, regular e não regular, de pessoas e/ou cargas e malotes postais com fins lucrativos.
Especificações mínimas do Terminal de Passageiros	Diretrizes mínimas obrigatórias de concepção funcional, arquitetônica, estrutural, instalações e padrões de acabamento dos terminais de passageiros.
Hora Pico	A 30ª (trigésima) hora mais movimentada de um ano civil.
IFR	<i>Instrument Flight Rules</i> (Regras de Voo por Instrumentos).
Investimento Obrigatório	Investimentos, obras e demais medidas constantes do PEA como de realização obrigatória até a conclusão da Fase I-B, observados os termos do CONTRATO e do PEA.
Investimento Previsto	Investimentos, obras e demais medidas previstas no PEA para a Fase II, os quais poderão ser objeto de revisão, nos termos do CONTRATO e ANEXOS.

PGI	Plano de Gestão de Infraestrutura contendo o planejamento da CONCESSIONÁRIA para o atendimento aos requisitos de infraestrutura durante todo o período da CONCESSÃO.
Parâmetros Mínimos de Dimensionamento:	Indicadores do nível de serviço que deve ser observado na execução do CONTRATO e que nortearão o planejamento da CONCESSIONÁRIA para o desenvolvimento da infraestrutura, conforme Apêndice B.
Plano de Qualidade de Serviço	Plano que detalhará as atividades da Concessionária com vistas ao atendimento dos indicadores de qualidade de serviço previstos neste PEA.
PNAE	Passageiro com necessidades de assistência especial. Entende-se por PNAE pessoa com deficiência, idoso com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestante, lactante, pessoa acompanhada por criança de colo, pessoa com mobilidade reduzida ou qualquer pessoa que por alguma condição específica tenha limitação na sua autonomia como passageiro.
PMI	Programa de Melhorias da Infraestrutura; um dos relatórios componentes do PGI.
Relatório Anual de Monitoramento do PGI	Relatório de monitoramento do PGI a ser elaborado, anualmente, pela CONCESSIONÁRIA e entregue à ARTESP nos termos deste ANEXO e do CONTRATO.
Revisão Antecipada do PGI	Revisão do PGI realizada pela CONCESSIONÁRIA nas hipóteses definidas no item 7.5.1. para instruir a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA que tenha como fundamento alteração, modificação, supressão ou substituição de investimento em infraestrutura.
Revisão Ordinária do PGI	Revisão do PGI realizada pela CONCESSIONÁRIA para instruir a REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO, que ocorre a cada 5 (cinco) anos.
Revisão Voluntária do PGI	Revisão do PGI realizada pela CONCESSIONÁRIA de maneira espontânea e anterior ao período de 5 (cinco) anos previsto para a Revisão Ordinária do CONTRATO DE CONCESSÃO, configurando-se como Revisão Extraordinária do CONTRATO DE

	CONCESSÃO.
--	------------

- 2.2. Sem prejuízo das definições acima, e salvo se do contexto resultar claramente sentido diferente, os termos descritos neste PEA em maiúscula e nele não definidos terão o significado fixado na Cláusula Primeira do CONTRATO - Definições.

3. Objeto da Concessão

- 3.1. Constitui objeto da CONCESSÃO dos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS, integrantes do BLOCO NOROESTE E SUDESTE, a execução das seguintes atividades, que devem ser cumpridas direta ou indiretamente pela CONCESSIONÁRIA durante todo o prazo da CONCESSÃO, sem prejuízo das demais obrigações previstas no CONTRATO:

3.1.1. A prestação dos serviços de embarque, desembarque, pouso, permanência, armazenagem e capatazia, conforme descrito no ANEXO 05, bem como todos os demais serviços relacionados à infraestrutura aeroportuária, com exceção daqueles serviços destinados a apoiar e garantir a segurança à navegação aérea em tráfego aéreo dos aeroportos integrantes dos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS;

3.1.2. A exploração eficiente dos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS, de forma a obter RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS e disponibilizar aos USUÁRIOS a infraestrutura de apoio necessária ao bom funcionamento dos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS;

3.1.3. A manutenção de todas as instalações, bens e equipamentos existentes e implementados nos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS, conforme a legislação e regulamentação em vigor;

3.1.4. A execução das melhorias no prazo previsto neste PEA, com vistas a ampliar e adequar a infraestrutura aeroportuária dos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS e a qualidade dos serviços prestados aos USUÁRIOS;

3.1.5. O pleno atendimento ao nível de serviço previsto neste PEA durante toda a Fase II de realização do objeto da CONCESSÃO, mediante a realização dos investimentos e/ou ações de gestão operacional e obtenção dos recursos necessários; e

3.1.6. O balanceamento entre as instalações necessárias para o adequado atendimento dos USUÁRIOS durante toda a Fase II de realização do objeto da CONCESSÃO, em especial entre os terminais de passageiros, pátios de aeronaves, sistema de pistas de pouso e decolagem, sistema de pistas de rolamento, estacionamentos de veículos, vias de acesso, dentre outras.

- 3.2. Não se inclui no objeto da CONCESSÃO a delegação dos serviços destinados a apoiar e garantir segurança à navegação aérea em área de tráfego aéreo dos Aeroportos, sendo atribuição exclusiva do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), inclusive quando prestados por meio da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações Aeronáuticas e de Tráfego Aéreo (EPTA), a aquisição, instalação, operação e manutenção dos equipamentos relacionados aos seguintes serviços e facilidades:

3.2.1. Serviços de Informação Aeronáutica (AIS);

3.2.2. Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM);

- 3.2.3. Meteorologia (MET);
 - 3.2.4. Facilidades de Comunicações e Auxílios em Área Terminal de Tráfego Aéreo (COM);
 - 3.2.5. Busca e Salvamento (SAR); e
 - 3.2.6. Outros Serviços Auxiliares de Proteção ao Voo, exceto os auxílios visuais (PAPI, VASIS, ALS, balizamento de pista de pouso e de táxi, luzes de eixo de pista de pouso e de eixo de pista de táxi, luzes de zona de toque, barras de parada, farol de aeródromo e biruta), que são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.
- 3.3. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelos custos decorrentes da eventual realocação de instalações e equipamentos relativos aos itens 3.2.1 a 3.2.6, quando motivada por serviço ou obra proposta pela CONCESSIONÁRIA, inclusive a construção de novas instalações com características construtivas similares às instalações desativadas, com toda a infraestrutura necessária e suficiente para que os equipamentos de responsabilidade do Poder Público estejam aptos a operar.
- 3.4. A CONCESSIONÁRIA poderá, após anuência prévia do DECEA do Comando da Aeronáutica, por sua conta e risco, prestar direta ou indiretamente os serviços destinados a apoiar e a garantir segurança à navegação aérea em área de tráfego aéreo dos Aeroportos, bem como realizar os investimentos e benfeitorias relacionadas à prestação desses serviços, ressalvado que sob nenhuma hipótese fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 3.5. A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar anuência à ARTESP previamente à eventual solicitação dirigida ao DECEA visando à obtenção de autorização para a prestação de serviços destinados a apoiar e a garantir a segurança à navegação aérea de tráfego aéreo dos Aeroportos que estejam sendo executados direta ou indiretamente por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual.

4. Complexo Aeroportuário

4.1. A situação jurídica dos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS integrantes do Blocos objeto do presente CONTRATO é a seguinte:

- 4.1.1. A exploração aeroportuária objeto da presente CONCESSÃO recai sobre a área civil dos Aeroportos objeto deste CONTRATO, composta pelas áreas descritas no Apêndice E deste PEA, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.
- 4.1.2. As áreas e instalações destinadas exclusivamente às atividades militares situadas nos sítios aeroportuários não são integrantes do objeto da CONCESSÃO.
- 4.1.3. As áreas civis utilizadas pelo Comando da Aeronáutica - COMAER para a prestação dos serviços de navegação aérea são classificadas como especiais, conforme diretrizes estabelecidas na Portaria Conjunta SAC/MTPA-COMAER/MD nº 06, de 05 de setembro de 2018, não podendo ser utilizadas pela CONCESSIONÁRIA.
 - 4.1.3.1. Caso haja interesse da CONCESSIONÁRIA na utilização das áreas especiais, a mesma realocará, às suas expensas, as instalações e equipamentos em operação para outras áreas do sítio aeroportuário, desde que haja anuência prévia do COMAER, cabendo a este definir as especificações para a realocação.
 - 4.1.3.2. Efetivadas as realocações necessárias, as novas áreas destinadas aos serviços de navegação aérea serão automaticamente classificadas como especiais, ficando disponíveis para utilização da CONCESSIONÁRIA aquelas que perderem tal destinação.
- 4.1.4. Respeitadas as fases de transição operacional dispostas no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA imitir-se-á na posse imediata das áreas descritas nos itens 1 e 2 do Apêndice E.
- 4.1.5. A CONCESSIONÁRIA, caso possua interesse em expandir a área dos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS para além daquelas contempladas no Apêndice E, deverá tomar todas as medidas administrativas e/ou judiciais necessárias à regularização de posse e exploração das áreas que sejam necessárias para a expansão.
 - 4.1.5.1. Na hipótese prevista no item 4.1.5, a CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos decorrentes das desapropriações eventualmente necessárias, nos termos da subcláusula 19.1, itens (xlix) e (l), do CONTRATO, responsabilizando-se por todas as medidas administrativas e judiciais pertinentes, com exceção da edição de DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL e/ou DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.
- 4.1.6. Caberá ao ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do CONTRATO, dar seguimento às medidas judiciais que tratem sobre a propriedade dos sítios aeroportuários distribuídas até a publicação do EDITAL, bem como arcar com os custos processuais, financeiros e administrativos delas decorrentes.

5. Especificações Mínimas dos Terminais de Passageiros

- 5.1. As ampliações e reformas nos terminais de passageiros existentes, bem como a construção de novos terminais de passageiros, deverão incorporar as melhores práticas nacionais e internacionais em projetos de edificações similares.
- 5.2. A concepção arquitetônica e padrões construtivos, operacionais e de manutenção destas intervenções deverão respeitar as particularidades socioeconômicas, culturais, geográficas e climáticas do local, incorporando princípios da sustentabilidade, eficiência energética e minimização dos impactos ambientais, bem como garantir operação ininterrupta, manutenção simplificada e econômica e alta durabilidade.
- 5.3. Os terminais de passageiros deverão oferecer conforto ambiental aos USUÁRIOS, em especial, térmico, acústico, luminoso e ergonômico, dispondo de sinalização clara, objetiva e em quantidade suficiente para orientá-los em suas necessidades.
- 5.4. As circulações internas e fora dos componentes operacionais para o processamento de passageiros e cargas deverão ser capazes de atender adequadamente aos fluxos demandados na HORA PICO, além de proporcionar aos USUÁRIOS visão desobstruída, percursos desimpedidos e simplificados em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, enquadrando-se na categoria 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do *Airport Development Reference Manual* da IATA.
 - 5.4.1. Os corredores, conectores e demais ligações devem dispor de espaços suficientes para comportar os diferentes sentidos de fluxo e situações, como deslocamentos de pessoas com e sem carrinhos de bagagens, com e sem bagagens de mão, PNAE, fluxos de embarque e desembarque no mesmo ambiente, entre outros.
- 5.5. O planejamento deverá considerar a distância que os passageiros percorrerão em seus fluxos operacionais de embarque e desembarque.
- 5.6. A integração do sistema de acesso aos terminais de passageiros com os diversos modos de transporte urbano, quando couber, deverá ser objeto de estudo quando da elaboração dos projetos de engenharia, os quais deverão, durante toda a CONCESSÃO, no que couber ao aeroporto, prever os espaços e infraestrutura para que essa integração ocorra de forma eficiente e simplificada aos USUÁRIOS.
- 5.7. O dimensionamento dos acessos aos terminais de passageiros, incluindo o meio-fio para embarque e para desembarque no lado terra, deverá levar em consideração os diferentes modos de transporte utilizados pelos passageiros para acessar os terminais, prevendo espaços e condições adequadas.
- 5.8. Os terminais de passageiros deverão ser dotados dos equipamentos e sistemas necessários para sua adequada operação, tais como sistema de informações de voo, sistema de climatização, sistema de sonorização, assentos e mobiliários ergonômicos, incorporando as melhores práticas nacionais e internacionais em edificações similares.
- 5.9. Os requisitos, especificações e procedimentos não detalhados neste CONTRATO deverão seguir a regulamentação específica do setor e, subsidiariamente, as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e de outras entidades ou referências técnicas de reconhecimento internacional no tema.

- 5.10. Caberá à CONCESSIONÁRIA evidenciar, por meio de documentos produzidos internamente ou por terceiros, o cumprimento das especificações expressas nos itens 5.1. a 5.9.
- 5.10.1. A obrigação prevista no item anterior deverá constar do RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DO PGI de que trata este ANEXO e o CONTRATO.

6. Melhorias da Infraestrutura Aeroportuária

- 6.1. Todos os investimentos devem ser executados observando o atendimento aos PARÂMETROS MÍNIMOS DE DIMENSIONAMENTO, aos INDICADORES DE QUALIDADE DE SERVIÇOS e às demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, devendo os COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS estar plenamente operacionais ao final da CONCESSÃO.
- 6.2. Os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS são todos aqueles indicados nos itens abaixo, conforme especificidades de cada Aeroporto, devendo ser integralmente executados pela CONCESSIONÁRIA até o final da Fase I-B do CONTRATO (36 meses a partir da DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO).
 - 6.2.1. Adicionalmente aos investimentos enumerados abaixo, são considerados INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS aqueles necessários à manutenção dos padrões operacionais mínimos, aqui entendidos como aqueles que visam a garantir condições mínimas de utilização dos banheiros e fraldários do aeroporto; os terminais de passageiro e/ou de carga livres de infiltrações, manchas e desgastes nas pinturas de paredes e forro; e sinalização e iluminação mínimas das vias de acesso de veículos ao TPS, estacionamento de veículos e outros setores que envolvam a movimentação de passageiros e seus acompanhantes no lado terra do aeroporto, sempre que houver voo noturno.
 - 6.2.2. Os aeroportos que não apresentam outros INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS nos itens abaixo também devem realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS descritos no item 6.2.1.
- 6.3. Os INVESTIMENTOS PREVISTOS são aqueles que foram estimados pela ARTESP considerando a infraestrutura demandada pelas HORAS DE PICO, nos termos do Apêndice G. Embora estimados pela ARTESP, os INVESTIMENTOS PREVISTOS deverão ser realizados pela CONCESSIONÁRIA ao longo da Fase II do CONTRATO, conforme indicado no Apêndice G, salvo se alterados como resultado de REVISÃO ORDINÁRIA ou EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO.
 - 6.3.1. A alteração dos INVESTIMENTOS PREVISTOS somente será cabível se demonstrado que os mesmos não são mais necessários ou convenientes para a CONCESSÃO, resguardado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 6.4. As exigências do item anterior poderão ser atendidas considerando a disponibilidade dos recursos da CONCESSIONÁRIA e de eventuais recursos disponibilizados por terceiros interessados no aeroporto.
 - 6.4.1. A utilização de recursos disponibilizados por terceiros interessados no aeroporto para atendimento dos INVESTIMENTOS PREVISTOS não exclui a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA de cumprimento das exigências.
- 6.5. Além dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e dos INVESTIMENTOS PREVISTOS, a CONCESSIONÁRIA também é responsável pela execução de investimentos disciplinados pelo CONTRATO e ANEXOS, que não se referem diretamente à infraestrutura aeroportuária.

Grupo 1 – Noroeste**Aeroporto de São José do Rio Preto**

- 6.6. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme disposto abaixo:
- 6.6.1. Implantar 1 (um) controle de segurança de passageiros no embarque no terminal de passageiros nos termos do RBAC 154 vigente;
 - 6.6.2. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visuais (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves Código de Referência 4C;
 - 6.6.2.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves Código de Referência 4C e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e a segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.
 - 6.6.3. Considerando o Código de Referência 4C, realizar adequações da largura da pista de pouso e decolagem não inferior a 45m;
 - 6.6.4. Realizar adequações da inclinação longitudinal máxima de 1,50% nos termos do RBAC 154, Apêndice G.4 (a)(1)(i), de forma que a inclinação calculada dividindo a diferença entre a elevação máxima e mínima ao longo da linha de centro da pista pelo comprimento da pista não deve exceder 1% (um por cento). Para o cumprimento deste investimento, será necessária a realização de um recapeamento da pista de pouso e decolagem;
 - 6.6.5. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem;
 - 6.6.6. Prover sistema de, pelo menos, 10 (dez) sinalizações verticais iluminadas, conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307.
- 6.7. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.7.1. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, conforme o Apêndice G;
 - 6.7.2. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, para manutenção da infraestrutura;

- 6.7.3. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO, observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Presidente Prudente

- 6.8. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.8.1. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processamento de passageiros e bagagens no aeroporto;
 - 6.8.2. Implantar controle de segurança de passageiros a embarcar no terminal de passageiros nos termos do RBAC 154 vigente;
 - 6.8.3. Prover, pelo menos, 8 (oito) sinalizações verticais iluminadas conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas;
 - 6.8.4. Prover sistema visual indicador de rampa de aproximação nas cabeceiras de pistas de pousos e decolagens, para manutenção das operações regulares;
 - 6.8.5. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visuais (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves Código de Referência 4C;
 - 6.8.5.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves Código de Referência 4C e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.
 - 6.8.6. Considerando o Código de Referência 4C, realizar adequações da largura da pista de pouso e decolagem 12/30, não inferior a 45 m;
 - 6.8.7. Realizar adequações da inclinação longitudinal máxima de 1,60%, conforme RBAC 154, Apêndice G.4 (a)(1)(i), de forma que a inclinação calculada dividindo a diferença entre a elevação máxima e mínima ao longo da linha de centro da pista pelo comprimento da pista não deve exceder 1% (um por cento). Será necessário realizar um recapeamento para o cumprimento desta obrigação;
 - 6.8.8. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem.
- 6.9. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.9.1. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a

- prover área e equipamentos adequados para processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, conforme Apêndice G;
- 6.9.2. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura;
- 6.9.3. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Araçatuba

- 6.10. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.10.1. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processamento de passageiros e bagagens no aeroporto;
- 6.10.2. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais iluminadas conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas;
- 6.10.3. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações regulares;
- 6.10.4. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visuais (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves Código de Referência 4C;
- 6.10.4.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves Código de Referência 4C e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.
- 6.10.5. Considerando o Código de Referência 4C, realizar adequações da largura da pista de pouso e decolagem não inferior a 45 m;
- 6.10.6. Realizar adequações da largura da pista de táxi não inferior a 15m (quinze metros) sem acostamentos de modo que a largura total da pista de táxi com seus acostamentos em trechos retilíneos não seja inferior a 25 m (vinte e cinco metros), para os aeroportos em que Código de Referência é 4C, de acordo com as recomendações de largura para pista e pouso para as aeronaves críticas com OUTER MAIN GEAR WHEEL SPAN (OMGWS) maior ou igual a 6 m (seis metros) e menor que 9 m (nove metros);
- 6.10.7. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA). nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem.
- 6.11. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:

- 6.11.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS;
- 6.11.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO, observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Votuporanga

- 6.12. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme disposto abaixo:
 - 6.12.1. Ampliar a capacidade do estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar no aeroporto, pelo menos, a demanda na HORA PICO de 60 passageiros, em embarque e desembarque;
 - 6.12.2. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais, conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações;
 - 6.12.3. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações regulares;
 - 6.12.4. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visuais (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B;
 - 6.12.4.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.
 - 6.12.5. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem.
- 6.13. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
 - 6.13.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS;
 - 6.13.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Barretos

- 6.14. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a

CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:

- 6.14.1. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais iluminadas conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307., para manutenção das operações noturnas;
 - 6.14.2. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações regulares;
 - 6.14.3. Instalar o equipamento necessário e reconfigurar o espaço interior do edifício terminal existente para permitir a otimização do processamento de passageiros em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do Airport Development Reference Manual da IATA.
 - 6.14.4. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem.
- 6.15. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.15.1. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar no aeroporto, observado o Apêndice G;
 - 6.15.2. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para a manutenção da infraestrutura;
 - 6.15.3. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Dracena

- 6.16. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS PREVISTOS, conforme abaixo:
- 6.16.1. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas com a introdução de voos regulares;
 - 6.16.2. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, com a introdução de voos regulares;
 - 6.16.3. Instalar o equipamento necessário e reconfigurar o espaço interior do edifício terminal existente para permitir a otimização do processamento de passageiros em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do

Airport Development Reference Manual da IATA;

- 6.16.4. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem;
- 6.16.5. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA em poderão postergar os investimentos;
- 6.16.6. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.
- 6.17. Os investimentos identificados nos itens 6.16.1, 6.16.2, 6.16.3 e 6.16.4 acima somente serão realizados se e quando o aeroporto começar a servir voos comerciais regulares com aeronaves de código ICAO iguais ou superiores a 10.000 kg código 2B, a fim de adequar a infraestrutura e recompor totalmente o nível de serviço e possibilitar a prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS.

Aeroporto de Tupã

- 6.18. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS PREVISTOS, conforme abaixo:
 - 6.18.1. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas com a introdução de voos regulares;
 - 6.18.2. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, com a introdução de voos regulares;
 - 6.18.3. Instalar o equipamento necessário e reconfigurar o espaço interior do edifício terminal existente para permitir a otimização do processamento de passageiros que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do *Airport Development Reference Manual da IATA*;
 - 6.18.4. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem;
 - 6.18.5. Ampliar a capacidade de processamento de aeronaves na área de movimento de aeronaves por meio de uma ampliação de área para pátio comercial de aeronaves de pelo menos 350 metros quadrados ou os necessários para cobrir as necessidades de tráfego previstas;
 - 6.18.6. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;

- 6.18.7. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.
- 6.19. Os investimentos identificados nos itens 6.18.1, 6.18.2, 6.18.3, 6.18.4 e 6.18.5 acima somente serão realizados se e quando o aeroporto começar a servir voos comerciais regulares com aeronaves de código ICAO iguais ou superiores a 10.000 kg Código de Referência 2B, a fim de adequar a infraestrutura e recompor totalmente o nível de serviço e possibilitar a prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS.

Aeroporto de Presidente Epitácio

- 6.20. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS PREVISTOS, conforme abaixo:
- 6.20.1. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas com a introdução de voos regulares;
- 6.20.2. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, com a introdução de voos regulares;
- 6.20.3. Ampliar a capacidade de processamento de aeronaves na área de movimento de aeronaves por meio de uma ampliação de área para pátio comercial de aeronaves de pelo menos 250 metros quadrados ou os necessários para cobrir as necessidades de tráfego previsto em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do *Airport Development Reference Manual* da IATA;
- 6.20.4. Instalar o equipamento necessário e reconfigurar o espaço interior do edifício terminal existente para permitir a otimização do processamento de passageiros em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do *Airport Development Reference Manual* da IATA;
- 6.20.5. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem;
- 6.20.6. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar passageiros e bagagens, observado o Apêndice G;
- 6.20.7. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
- 6.20.8. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.
- 6.21. Os investimentos identificados nos itens 6.20.1, 6.20.2, 6.20.3, 6.20.4, 6.20.5 e 6.20.6, acima

somente serão realizados se e quando o aeroporto começar a servir voos comerciais regulares com aeronaves de código ICAO iguais ou superiores a 10.000 kg Código de Referência 2B, a fim de adequar a infraestrutura e recompor totalmente o nível de serviço e possibilitar a prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS.

Aeroporto de Andradina

- 6.22. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.22.1. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais iluminadas conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas;
 - 6.22.2. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações;
 - 6.22.3. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS;
 - 6.22.4. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem.
- 6.23. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.23.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
 - 6.23.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Assis

- 6.24. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.24.1. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas;
 - 6.24.2. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações regulares;
 - 6.24.3. Instalar o equipamento necessário e reconfigurar o espaço interior do edifício terminal

existente para permitir a otimização do processamento de passageiros em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do Airport Development Reference Manual da IATA;

- 6.24.4. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem.
- 6.25. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.25.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
- 6.25.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observada a demanda projetada para o aeroporto no Apêndice F. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Avaré/Arandu

- 6.26. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.26.1. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307., para manutenção das operações noturnas;
- 6.26.2. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações regulares.
- 6.27. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.27.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.
- 6.27.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Penápolis

- 6.28. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes

INVESTIMENTOS PREVISTOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:

- 6.28.1. Quando o aeroporto começar a servir voos comerciais regulares com aeronaves de código ICAO iguais ou superiores a 10.000 kg Código de Referência 2B, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os investimentos necessários para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço, a fim de disponibilizar os sistemas permanentes que possibilitem a prestação de serviço adequado aos Usuários, conforme abaixo:
 - 6.28.1.1. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307., para manutenção das operações noturnas com a introdução de vôos regulares.
 - 6.28.1.2. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, com a introdução de vôos regulares.
 - 6.28.1.3. Instalar o equipamento necessário e reconfigurar o espaço interior do edifício terminal existente para permitir a otimização do processamento de passageiros em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do *Airport Development Reference Manual* da IATA.
 - 6.28.1.4. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem.
- 6.28.2. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.
- 6.28.3. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de São Manuel

- 6.29. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
 - 6.29.1. Prover, pelo menos, duas sinalizações verticais iluminados conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas com a introdução de voos regulares;
 - 6.29.2. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, com a introdução de voos regulares;

- 6.29.3. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visuais (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B;
 - 6.29.4. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura;
 - 6.29.5. Considerando o Código de Aeronave 2B, realizar adequações da largura da pista de pouso e decolagem não inferior a 23 m (vinte e três) metros.
- 6.30. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.30.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
 - 6.30.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Grupo 2 - Sudeste

Aeroporto de Ribeirão Preto

- 6.31. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.31.1. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS;
 - 6.31.2. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Instrumental (IFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves Código de Referência 4C;
 - 6.31.3. Realizar adequações da faixa da pista de pouso e decolagem contendo uma pista de aproximação de não-precisão, e deve estender-se lateralmente ao eixo da pista a uma distância, em cada lado do eixo da pista e do seu prolongamento ao longo de todo comprimento da faixa de pista, de, no mínimo 140m;
 - 6.31.4. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem a partir do final da faixa de pista a uma distância de, no mínimo 90m;
 - 6.31.4.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves código 4C e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos

operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e a segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura;

- 6.31.5. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações noturnas;
 - 6.31.6. Prover 1 (um) sistema de luzes de aproximação simples na pista 18 de aproximação de não-precisão em conformidade com RBAC 145 G9 (a) (3) Figura AG-5;
 - 6.31.7. Prover sistema de, pelo menos, 10 (dez) sinalizações verticais iluminadas conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307;
 - 6.31.8. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar no aeroporto, pelo menos, a demanda de 785 passageiros na HORA PICO em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadra na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do Airport Development Reference Manual da IATA.
- 6.32. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.32.1. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar no aeroporto, observado o Apêndice G;
 - 6.32.2. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
 - 6.32.3. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Bauru / Arealva

- 6.33. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.33.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS;
 - 6.33.2. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem a partir do final da faixa de pista a uma distância de, no mínimo 90m;

- 6.33.3. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar no aeroporto, pelo menos, a demanda de 375 passageiros na HORA PICO em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do Airport Development Reference Manual da IATA.
- 6.34. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.34.1. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar no aeroporto, observado o Apêndice G;
- 6.34.2. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
- 6.34.3. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO, observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Marília

- 6.35. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os investimentos necessários para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.35.1. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visual (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves Código de Referência 3C;
- 6.35.2. Realizar adequações da faixa da pista de pouso e decolagem contendo uma pista de aproximação de não-precisão, e deve se estender lateralmente ao eixo da pista a uma distância, em cada lado do eixo da pista e do seu prolongamento ao longo de todo comprimento da faixa de pista de, no mínimo, 75m;
- 6.35.3. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem a partir do final da faixa de pista a uma distância de, no mínimo 90m;
- 6.35.4. Consertar e realizar adequações no pavimento do acostamento da pista de táxi B para eliminar a irregularidade do pavimento da pista de táxi com o pavimento do acostamento;
- 6.35.4.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior,

aquela em que operações com aeronaves código 3C e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e a segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.

- 6.35.5. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações regulares;
 - 6.35.6. Prover sistema de, pelo menos, 9 (nove) sinalizações verticais iluminadas conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307.
- 6.36. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.36.1. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, construindo uma nova área terminal, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar no aeroporto, pelo menos, a demanda de 3 aeronaves regulares observado o Apêndice G em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do *Airport Development Reference Manual* da IATA;
 - 6.36.2. Construir uma nova pista de táxi de acesso à nova área terminal não inferior a 15m sem acostamentos de modo que a largura total da pista de táxi com seus acostamentos em trechos retilíneos não seja inferior a 25 m onde o com as recomendações de largura para pista e pouso para as aeronaves críticas com OMGWS maior ou igual a 6 m;
 - 6.36.3. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
 - 6.36.4. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Sorocaba

- 6.37. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.37.1. Prover, pelo menos, 14 (catorze) sinalizações verticais iluminadas conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307 (a)(2)(v)(C), as sinalizações verticais devem ser iluminadas de acordo com as disposições do Apêndice G, quando destinadas ao uso durante a noite, em associação com pistas de não instrumento onde o número de código for 3 ou 4 para manutenção das operações noturnas;
 - 6.37.2. Prover sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira principal da

- pista de pouso e decolagem, para manutenção das operações;
- 6.37.3. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visuais (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves Código de Referência 4C;
- 6.37.3.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves código 4C e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.
- 6.37.4. Realizar adequações da inclinação longitudinal máxima de 1,25% conforme RBAC 154, Apêndice G.4 (a)(1)(i), de forma que a inclinação calculada dividindo a diferença entre a elevação máxima e mínima ao longo da linha de centro da pista pelo comprimento da pista não deve exceder 1% (um por cento). Será necessário realizar um recapeamento para o cumprimento deste ponto.
- 6.37.5. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem.
- 6.38. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.38.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
- 6.38.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Araraquara

- 6.39. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.39.1. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais iluminadas conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas;
- 6.39.2. Prover sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira principal da pista de pouso e decolagem, para manutenção das operações regulares;
- 6.39.3. Reconstruir 500 metros da cerca perimetral quebrada em alguns pontos do Parque das Hortências e a Vila de Jointville, de alambrado em moirões de concreto de 3m de altura e tela galvanizada com arame farpado e concertina, aço galvanizado;

- 6.39.4. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visuais (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves Código de Referência 3C;
- 6.39.4.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves código 3C e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.
- 6.39.5. Realizar adequações da inclinação longitudinal máxima de 1,39% conforme RBAC 154, Apêndice G.4 (a)(1)(i), de forma que a inclinação calculada dividindo a diferença entre a elevação máxima e mínima ao longo da linha de centro da pista pelo comprimento da pista não deve exceder 1 % (por cento). Será necessário realizar um recapeamento para o cumprimento deste ponto;
- 6.39.6. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem;
- 6.39.7. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS.

Aeroporto de São Carlos

- 6.40. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.40.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS;
- 6.40.2. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas com a introdução de voos regulares;
- 6.40.3. Prover sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira principal da pista de pouso e decolagem, para manutenção das operações regulares;
- 6.40.4. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visuais (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B;

- 6.40.4.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.
- 6.40.5. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem;
- 6.41. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.41.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.
- 6.41.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Franca

- 6.42. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os investimentos necessários para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.42.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, incluindo a instalação de um sistema de 8 (oito) luzes de cabeceira e de fim de pista de pouso e decolagem constituídas por sinalizações bidirecionais verdes / vermelhas em cada uma das cabeceiras da pista de pouso e decolagem, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS;
- 6.42.2. Prover, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307, para manutenção das operações noturnas com a introdução de vôos regulares;
- 6.42.3. Prover de, pelo menos, 1 (um) indicador de direção de vento iluminado conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.301(a);
- 6.42.4. Prover sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira principal da pista de pouso e decolagem, para manutenção das operações regulares;
- 6.42.5. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja

habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visuais (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2C;

6.42.5.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2C e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.

6.42.6. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem.

6.43. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:

6.43.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;

6.43.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Guaratinguetá

6.44. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:

6.44.1. Construir uma nova área terminal de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar no aeroporto, pelo menos, a demanda de 40 passageiros na HORA PICO em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do Airport Development Reference Manual da IATA;

6.44.2. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visual (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B;

6.44.3. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem a partir do final da faixa de pista a uma distância de 30m;

6.44.3.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior,

aquela em que operações com aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem negativamente a capacidade e a segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura;

- 6.44.4. Prover 2 (dois) sistema visuais indicadores de rampa de aproximação nas cabeceiras de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações regulares;
 - 6.44.5. Prover sistema de, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307.
- 6.45. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.45.1. Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo área de movimento de aeronaves, terminal de passageiros, estacionamento de veículos, vias terrestres associadas e outras infraestruturas de apoio, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar no aeroporto, observado o Apêndice G;
 - 6.45.2. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
 - 6.45.3. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

Aeroporto de Registro

- 6.46. Sem prejuízo do disposto no item 6.2.1, durante a Fase I-B do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os investimentos necessários para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço, bem como prestação de SERVIÇO ADEQUADO aos USUÁRIOS, conforme abaixo:
- 6.46.1. Instalar o equipamento necessário e reconfigurar o espaço interior do edifício terminal existente para permitir a otimização do processamento de passageiros em conformidade com os parâmetros de espaço e tempo de serviço, que se enquadram na gama 'Optimum' de acordo com a classificação da versão mais atualizada do Airport Development Reference Manual da IATA;
 - 6.46.2. Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que o aeroporto esteja habilitado a operar, no mínimo, em Regras de Voo Visual (VFR), sem restrição, noturno e diurno, aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B;
 - 6.46.2.1. Será considerada operação sem restrição, nos termos do item anterior, aquela em que operações com aeronaves até 10.000 kg Código de Referência 2B e inferiores, simultâneas ou não, ocorram sem a necessidade de estabelecimento de procedimentos operacionais especiais que impactem

negativamente a capacidade e a segurança operacionais do aeroporto, motivados por inadequação da infraestrutura.

- 6.46.3. Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA) nos termos do RBAC 154 vigente, nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem a partir do final da faixa de pista a uma distância de 30m;
 - 6.46.4. Deverá realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS;
 - 6.46.5. Prover 1 (um) sistema visual indicador de rampa de aproximação na cabeceira principal de pista de pousos e decolagens principal, para manutenção das operações regulares;
 - 6.46.6. Prover sistema de, pelo menos, 2 (duas) sinalizações verticais conforme exigências regulamentares da ANAC RBAC 154.307.
- 6.47. Durante a Fase II do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar os seguintes INVESTIMENTOS PREVISTOS:
- 6.47.1. Realizar os investimentos em recapeamento, iluminação e repintura da pista de pouso e decolagem e pistas de táxi, atendendo as demais regras previstas no CONTRATO e ANEXOS, sempre que necessário para manutenção da infraestrutura. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos;
 - 6.47.2. Atender as normas da ANAC aplicáveis à CONCESSÃO observado o Apêndice G. Caso a demanda projetada não se efetive até a REVISÃO ORDINÁRIA seguinte, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA poderão postergar os investimentos.

7. Plano de Gestão da Infraestrutura

Regras de Apresentação e Aprovação

- 7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o PGI de cada Aeroporto à ARTESP no Estágio 3 da Fase I-A e em prazo não superior a 180 (cento e oitenta dias) da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.
- 7.2. Em até 12 (doze) meses, a contar da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO (no final do Estágio 3 da Fase I-A), o PGI de cada Aeroporto, compreendendo todo o período da CONCESSÃO, deverá ser aprovado pela ARTESP.
- 7.3. A aprovação do PGI, sua primeira edição ou eventuais alterações, será realizada conforme o seguinte procedimento:
 - 7.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a proposta de redação do PGI e, se o caso, do PEA, acompanhado dos respectivos projetos funcionais e dos demais elementos técnicos e econômicos necessários.
 - 7.3.2. A ARTESP deverá se pronunciar sobre a admissibilidade da proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA, em até 20 (vinte) dias do seu recebimento, manifestando a sua aceitação formal ou eventuais ajustes, se necessário.
 - 7.3.3. A manifestação da ARTESP pela inadmissibilidade da proposta da CONCESSIONÁRIA, ou pela necessidade de ajustes, em decorrência do não atendimento aos requisitos previstos no item 7.17 e 7.18 abaixo, qualificar-se-á, para efeitos de contagem do prazo para entrega e aplicação de eventuais sanções à CONCESSIONÁRIA, como uma proposta não entregue.
 - 7.3.4. Os ajustes solicitados nos termos acima deverão ser apresentados pela CONCESSIONÁRIA em até 20 (vinte) dias contados do recebimento da solicitação da ARTESP, que deverá se manifestar sobre os ajustes realizados no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento da proposta revisada encaminhada pela CONCESSIONÁRIA.
 - 7.3.5. Caso a ARTESP entenda, justificadamente, que os ajustes promovidos pela CONCESSIONÁRIA não permitem que a proposta seja considerada admitida, a controvérsia deverá ser apreciada pelo Conselho Diretor da ARTESP, sujeitando-se a CONCESSIONÁRIA à aplicação das respectivas penalidades, nos termos do ANEXO 18.
 - 7.3.6. A admissão da proposta de PGI pela ARTESP não representa a sua aprovação, de modo que, uma vez admitida a proposta, a ARTESP deverá se manifestar, de forma consolidada e não fragmentada, sobre a aprovação nos termos neste ANEXO, do CONTRATO, dos demais ANEXOS, assim como requisitos legais, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da admissão, sendo este prazo prorrogável por igual período, por ato devidamente motivado, também sendo possível a requisição de correção e ajustes à CONCESSIONÁRIA.
 - 7.3.7. Caso a ARTESP solicite correções no PGI, nos termos acima, a CONCESSIONÁRIA deverá implementá-las no prazo de até 30 (trinta) dias.
 - 7.3.8. Diante das correções apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos acima, a ARTESP deverá se pronunciar, de forma consolidada e não fragmentada, no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento, podendo solicitar derradeiras correções que devem ser implementadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 7 (sete) dias,

contados do recebimento da solicitação.

- 7.3.9. Sobre as correções previstas acima, a ARTESP deverá se manifestar no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento, sendo este prazo prorrogável por igual período, por ato devidamente motivado.
- 7.4. Caso a ARTESP entenda, justificadamente, que os ajustes promovidos pela CONCESSIONÁRIA não permitem que PGI seja considerado aprovado, a controvérsia deverá ser apreciada pelo Conselho Diretor da ARTESP, sujeitando-se a CONCESSIONÁRIA à aplicação das respectivas penalidades, nos termos do ANEXO 18.
- 7.5. A cada 5 (cinco) anos a partir da DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, serão conduzidos os processos de REVISÕES ORDINÁRIAS da CONCESSÃO, os quais poderão culminar na revisão do PGI, do PEA ou elaboração de novos planos, bem como dos seus correspondentes CRONOGRAMAS, PLANO DE SEGUROS e PLANO DE GARANTIAS, e dos INDICADORES DE QUALIDADE DE SERVIÇO, a fim de adaptá-los às modificações ou alterações que tenham sido percebidas em cada ciclo de REVISÃO ORDINÁRIA, sempre observando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e as demais normas contratuais pertinentes.
- 7.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a REVISÃO ANTECIPADA do PGI em uma das seguintes hipóteses:
- 7.5.1.1. Sempre que a demanda real em HORA PICO em determinado ano superar ou reduzir em mais de 20% (vinte por cento) a Demanda Prevista no PGI para a HORA PICO do mesmo ano; ou
- 7.5.1.2. Caso o aeroporto pretenda iniciar, antes da próxima REVISÃO ORDINÁRIA da CONCESSÃO e do PGI, a operação de voos regulares; ou que os voos regulares assumidos no PGI não se concretizem; ou
- 7.5.1.3. Caso o aeroporto pretenda iniciar, antes da próxima REVISÃO ORDINÁRIA da CONCESSÃO e do PGI, o pouso e decolagem de aeronaves de CATEGORIA superior àquela verificada até o momento da apresentação da REVISÃO ANTECIPADA do PGI.
- 7.5.2. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar a Revisão Voluntária do PGI sempre que julgar oportuno.
- 7.5.2.1. Sem prejuízo das hipóteses de desequilíbrio econômico-financeiro que, nos termos previstos no CONTRATO, justifiquem a sua REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, a REVISÃO ANTECIPADA e a Revisão Voluntária serão consideradas justificativas técnicas para a CONCESSIONÁRIA iniciar o pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO.
- 7.6. O PGI deve assegurar à ARTESP e às demais partes interessadas nos COMPLEXOS AEROPORTUÁRIOS que a CONCESSIONÁRIA possui um planejamento adequado e implementará as ações correspondentes para o atendimento ao nível de serviço e à manutenção do balanceamento da capacidade das infraestruturas aeroportuárias e demais regras contratuais relativas à garantia da qualidade de serviço, conforme as demandas efetiva e prevista para o período compreendido no PGI.
- 7.7. Ao apresentar o PGI, a CONCESSIONÁRIA deverá demonstrar que deu conhecimento às EMPRESAS AÉREAS que operam voos regulares no Aeroporto do PGI.
- 7.7.1. A consulta prevista acima somente será exigível na hipótese de haver voos regulares no Aeroporto nos últimos 12 (doze) meses, ficando a CONCESSIONÁRIA desobrigada

a consultar EMPRESAS AÉREAS que não operem voos regulares no Aeroporto para fins de elaboração do PGI.

Objetivos e Requisitos Mínimos

- 7.8. O objetivo do PGI é proporcionar a melhoria contínua das instalações e do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, avaliando periodicamente suas condições e planejando sua manutenção e modernização. Desde que respeitados os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e os INVESTIMENTOS PREVISTOS, assim como o cronograma para sua conclusão, tal qual estabelecido no Apêndice G, o PGI deverá identificar e priorizar os projetos necessários à melhoria da infraestrutura.
- 7.8.1. A primeira edição do PGI a ser apresentada no prazo indicado no item 7.1. deverá identificar e priorizar eventuais projetos necessários à melhoria da infraestrutura no primeiro biênio da Fase II.
- 7.9. O PGI deverá identificar e cumprir todas as leis, regulamentos, e demais normas aplicáveis às atividades da CONCESSIONÁRIA.
- 7.10. O PGI vinculará a CONCESSIONÁRIA, cabendo-lhe seu estrito cumprimento e implementação, sujeitando-se às obrigações previstas neste PEA, no CONTRATO e ANEXOS, e às penalidades pelo descumprimento de quaisquer obrigações previstas no PGI.
- 7.10.1. A vinculação prevista no item anterior não alcança as estimativas de valores para a execução dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS ou dos INVESTIMENTOS PREVISTOS. Tais valores servem para que a CONCESSIONÁRIA demonstre à ARTESP a existência de planejamento financeiro compatível com o plano de manutenção, melhorias e expansão da infraestrutura.
- 7.11. Os prazos para cumprimento de obrigações previstas no PGI poderão ser ampliados, motivadamente, desde que ocorridas as seguintes hipóteses:
- 7.11.1. Atrasos nas obras decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões de órgãos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, exigidos para construção ou operação das novas instalações, exceto se decorrente de fato imputável à CONCESSIONÁRIA;
- 7.11.2. Atrasos nas obras decorrentes da demora na obtenção de licenças ambientais quando os prazos de análise do órgão ambiental responsável pela emissão das licenças ultrapassarem as previsões legais, exceto se decorrente de fato imputável à CONCESSIONÁRIA; e
- 7.11.3. Atraso na execução das obras decorrente de demora na liberação das áreas, ainda que por período inferior ao previsto no item 6.4, i. do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 7.12. Se excessivas ampliações de prazos, na forma do item 7.11, comprometerem a utilidade do investimento para o CONTRATO DE CONCESSÃO, o Estado de São Paulo, por recomendação da ARTESP, poderá suprimir ou alterar a obrigação postergada, assegurada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observados os itens 20, 21, 22 e 23 do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 7.13. A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar quaisquer planos existentes, bem como descrições das instalações, sistemas e procedimentos dos Aeroportos para desenvolver o PGI. A

- CONCESSIONÁRIA deverá assegurar que o PGI seja consistente com os demais planos ou programas existentes, elaborados ou não pela CONCESSIONÁRIA.
- 7.14. A CONCESSIONÁRIA elaborará o Relatório Anual de Monitoramento do PGI e o entregará à ARTESP, nos termos do item 36.5.1. e 36.5.1.1. do CONTRATO.
- 7.15. A ARTESP utilizará o PGI para fins de monitoramento da CONCESSÃO e o RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO para o monitoramento do cumprimento do PGI.
- 7.15.1. Em que pese o disposto no item acima, a ausência de qualquer manifestação da ARTESP não significará a anuência em relação ao planejamento assumido pela CONCESSIONÁRIA.
- 7.16. Caso o planejamento da CONCESSIONÁRIA implique descumprimento de qualquer obrigação contratual, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita às penalidades previstas no CONTRATO, bem como no ANEXO 18 e deverá implementar as medidas necessárias para o atendimento do nível de serviço estabelecido e da manutenção da infraestrutura aeroportuária, sem direito a qualquer reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 7.17. O PGI deverá identificar os principais componentes da infraestrutura, instalações e equipamentos aeroportuários, incluindo:
- 7.17.1. Sistema de pistas;
 - 7.17.2. Pátio de aeronaves;
 - 7.17.3. Vias de serviço;
 - 7.17.4. Terminais de passageiros;
 - 7.17.5. Terminais de cargas;
 - 7.17.6. Estacionamento de veículos;
 - 7.17.7. Vias de acesso e circulação interna;
 - 7.17.8. Demais instalações para funcionamento do Aeroporto;
 - 7.17.9. Sistemas de radioajuda e balizamento.
- 7.18. O PGI deverá apresentar os seguintes relatórios: Avaliação das Condições das Instalações (ACI), e Programa de Melhorias da Infraestrutura (PMI).
- 7.18.1. Avaliação das Condições das Instalações;
- 7.18.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar um relatório de Avaliação das Condições das Instalações (ACI), contemplando as instalações e sistemas de grande porte, considerando, ao menos, as instalações, requisitos e classificações apresentadas no Apêndice A deste PEA; e
 - 7.18.1.2. Com base na avaliação do impacto nas operações devido às condições das instalações avaliadas, a CONCESSIONÁRIA deverá indicar as melhorias e manutenções que devem ser realizadas imediatamente, em função de questões de segurança, bem como melhorias e manutenções programadas.
 - 7.18.1.3. A CONCESSIONÁRIA deverá identificar as datas para que as ações de melhorias ou manutenções imediatas e de curto prazo estejam concluídas, bem como informar os períodos ou frequências que as demais melhorias ou

manutenções serão realizadas.

7.18.2. Programa de Melhorias da Infraestrutura;

7.18.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar um relatório contendo a avaliação da capacidade atual, a previsão de demanda e os investimentos necessários para assegurar que as instalações serão capazes de atender à DEMANDA PREVISTA, conforme o nível de serviço estabelecido e demais regras da CONCESSÃO relativas à garantia da qualidade de serviço.

7.18.2.2. O relatório deverá avaliar o nível de serviço atualmente provido, a capacidade e o balanceamento da infraestrutura do Aeroporto, incluindo todos os componentes operacionais, tais como sistemas de pistas, pátio de aeronaves e terminais.

7.18.2.3. A cada REVISÃO ORDINÁRIA ou ANTECIPADA DO PGI, a previsão de demanda deverá ser atualizada e detalhada, apresentando os níveis de movimentação de aeronaves e de passageiros em termos anuais e de HORA PICO para os 20 (vinte) anos seguintes, mesmo que extrapole o prazo do CONTRATO DE CONCESSÃO.

7.18.2.4. O PMI deverá identificar o nível de movimentação anual de aeronaves e o nível de passageiros na HORA PICO que ensejarão obrigação de a CONCESSIONÁRIA iniciar os investimentos com vistas à manutenção do nível de serviço estabelecido e do balanceamento da capacidade.

7.18.2.5. O PMI deverá apresentar os investimentos programados para o atendimento balanceado da DEMANDA PREVISTA para o período de vigência contratual, considerando o nível de serviço do PEA.

7.18.2.6. O PMI deverá apresentar descrição das intervenções previstas para ocorrerem no prazo de 5 (cinco) anos, com os devidos desenhos necessários para o seu entendimento, indicando as respectivas estimativas de custo, bem como a indicação do cronograma com as datas previstas para início e conclusão.

8. Da Qualidade de Serviço

8.1. Para fins de monitoramento quanto à prestação de SERVIÇO ADEQUADO, a CONCESSIONÁRIA deverá observar as regras aplicáveis a cada aeroporto de acordo com a movimentação anual de passageiros nos termos dos Apêndices A, B e C e a categoria de aeronaves que cada aeroporto opera, nos termos da tabela do Apêndice G.

8.1.1. Os aspectos referentes à prestação de SERVIÇO ADEQUADO, cuja aplicabilidade aos aeroportos integrantes do Bloco se encontra disposta nos Apêndices deste PEA, compreenderão as informações referentes:

8.1.1.1. ao Sistema de registro e tratamento das demandas relacionado à prestação do serviço;

8.1.1.2. ao Plano de Qualidade de Serviço;

8.1.1.3. à preparação para a aferição dos IQS.

- 8.2. Caso os aspectos referentes à prestação de SERVIÇO ADEQUADO ou o sistema de medição, os padrões, e as metas não sejam obedecidas, qualquer uma das partes poderá dar início ao processo de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
- 8.3. A cada Revisão Ordinária da CONCESSÃO, a ARTESP poderá modificar os componentes a serem pesquisados, o sistema de medição, os padrões e as metas, bem como os parâmetros de desempenho de serviço estabelecidos no Apêndice A, B, C e D deste PEA.

APÊNDICE A

Este Apêndice é aplicável para os Aeroportos identificados, nos termos do Apêndice F.

Avaliação das Instalações

1. As instalações avaliadas devem ser classificadas nas seguintes categorias:

Excelente -	sem deficiências operacionais, todos os padrões mínimos excedidos ou atendidos;
Bom -	pequenas deficiências operacionais, todos os padrões mínimos excedidos ou atendidos;
Razoável -	pequenas deficiências operacionais, a maioria dos padrões mínimos atendidos, algumas melhorias de instalações ou ações corretivas devem ser consideradas, melhorias de médio/longo prazo devem ser identificadas;
Ruim -	significativas deficiências operacionais, falha no cumprimento dos padrões mínimos, melhorias das instalações ou ações corretivas devem ser tomadas no curto prazo;
Crítica -	grandes deficiências operacionais, ações corretivas urgentes devem ser tomadas, e/ou questões de segurança estão presentes. Esta categoria também pode incluir melhorias estabelecidas por nova legislação.

Instalações	Requisito
Edifícios	Inspecionar todos os edifícios do Complexo Aeroportuário, sob perspectiva da segurança operacional e da segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita: todas as questões de segurança devem ser identificadas e solucionadas pela CONCESSIONÁRIA o mais rapidamente possível.
Sistemas dos edifícios	Inspecionar todos os Sistemas dos edifícios do Complexo Aeroportuário, incluindo os sistemas mecânicos, elétricos, de comunicação e hidráulicos, sob a perspectiva da segurança operacional e da segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita.
Equipamentos	Inspecionar todos os equipamentos do Complexo Aeroportuário (por exemplo, equipamentos de manutenção), sob a perspectiva da segurança operacional: todas as questões de segurança devem ser identificadas e solucionadas pela CONCESSIONÁRIA o mais rapidamente possível.
Utilidades (serviços públicos)	Inspecionar as utilidades (serviços públicos) relevantes do Complexo Aeroportuário, incluindo galerias de águas pluviais, sistema de esgotamento sanitário, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água, tecnologia, automação e telecomunicações.
Pavimento do lado ar	Inspecionar o pavimento do lado ar do Complexo Aeroportuário, incluindo pistas de pouso e decolagem, pistas de táxi, pátio de aeronaves e vias de serviço.

APÊNDICE B

Este Apêndice é aplicável apenas para Aeroportos com terminais de passageiros que recebem voos regulares, nos termos do Apêndice F.

Tabela 1 – Parâmetros de Dimensionamento – Nível de Serviço Estabelecido

Componente	Unidade	Valores na hora-pico
		Doméstico
Saguão de embarque: área necessária por ocupante; relação visitante-acompanhante por passageiro (v.a.) e tempo (minutos)	m ² /ocup.	>= 2,3
	v.a./pax	1,0
	Min	<= 20
Saguão de desembarque: área necessária por ocupante, relação visitante-acompanhante por passageiro (v.a.) e tempo (minutos)	m ² /ocup.	>= 1,7
	v.a./pax	1,0
	Min	<= 15
Área para formação de filas		
Check-in e despacho	m ² /ocup	>= 1,3
	Min	<= 20
Inspeção de segurança	m ² /pax	>= 1,0
	Min	<= 10
Salas de embarque		
Máxima ocupação das salas	%	<= 65
Acesso a assentos na sala de embarque (incluindo aqueles disponíveis nos serviços de alimentação)	%	>= 70
Área necessária para passageiros sentados	m ² /pax	>= 1,7
	Min	<= 40
Área necessária para passageiros em pé	m ² /pax	>= 1,2
	Min	<= 20
Sala de desembarque: área necessária por passageiro aguardando bagagem	m ² /pax	>= 1,7
	Min	<= 30
Esteiras motorizadas para restituição de bagagens	quantidade	>= 1

1. Os tempos de ocupação e a relação visitante-acompanhante por passageiro poderão ser atualizados por meio de pesquisa e observação do comportamento dos usuários do aeroporto nos horários de pico, a cada revisão do PGI.
 - 1.1. Os demais parâmetros estabelecidos nesse Apêndice poderão ser atualizados durante o processo de REVISÃO ORDINÁRIA da CONCESSÃO.
2. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as disposições sobre apresentação de informações relativas à movimentação aeroportuária previstas na Resolução ANAC nº 464, de 22 de fevereiro de 2018, ou de norma que a substituir.
 - 2.1. A ARTESP poderá solicitar a qualquer momento as informações de que trata o item acima.
3. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar, até o dia 1º do mês de aniversário da concessão de cada ano, relatório com informações referentes ao nível de serviço atingido na HORA PICO, para cada um dos componentes que constam deste Apêndice, acompanhado da memória de cálculo.
 - 3.1. As informações devem se referir ao período compreendido entre o dia 1º do mês de aniversário e o último dia do décimo segundo mês do ano anterior ao do envio.

APÊNDICE C

Este Apêndice é aplicável apenas para Aeroportos com movimentação anual de passageiros igual ou superior a 1 mi/pax e inferior a 5 mi/pax.

Para fins de Qualidade de Serviço, a CONCESSIONÁRIA deverá observar o disposto neste Apêndice.

Do Sistema de registro e tratamento das demandas relacionado à prestação do serviço

1. A CONCESSIONÁRIA deverá dispor de sistema de registro e tratamento das demandas relacionado à prestação do serviço apto a gerar relatório contendo as informações sobre as manifestações recebidas, assegurando à ARTESP o acesso aos dados brutos do referido sistema, nos termos e prazos definidos no CONTRATO.
2. O Sistema de registro e tratamento das demandas relacionado à prestação do serviço deverá registrar, minimamente, as seguintes informações:
 - 2.1 Identificador único e sequencial;
 - 2.2 Data e hora do fato alegado, do registro e da conclusão da demanda;
 - 2.3 Dados de contato do manifestante;
 - 2.4 Classificação das manifestações e o respectivo endereçamento;
3. O Sistema de registro e tratamento das demandas relacionadas à prestação de serviço deverá ser capaz de gerar relatórios de controle e gestão.
4. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar, periodicamente à ARTESP, as informações coletadas por meio do sistema de registro, juntamente com as seguintes considerações:
 - 4.1 Análise crítica das causas dos principais problemas identificados;
 - 4.2 Plano de ação para mitigar ou corrigir os problemas identificados por meio de sistema utilizado pela CONCESSIONÁRIA para verificar as necessidades dos Usuários, documentá-las e rastreá-las;
 - 4.3 Registro das ações já realizadas e análise de efetividade dessas na solução dos problemas.
5. O Sistema de registro e tratamento das demandas relacionado à prestação do serviço poderá ser auditado pela ARTESP a qualquer tempo.

Da Preparação para aferição dos IQS

6. A CONCESSIONÁRIA será responsável por selecionar, contratar e remunerar empresa especializada independente para realizar os estudos relativos ao planejamento, realizar a coleta de informações, realizar a Pesquisa de Satisfação dos Passageiros e realizar o cálculo dos itens descritos neste Apêndice.

- 6.1 O nome e a qualificação da empresa deverão ser submetidos previamente à ARTESP, que terá o direito de veto, devendo a CONCESSIONÁRIA, neste caso, apresentar uma nova empresa.
 - 6.2 O direito de veto poderá ser exercido pela ARTESP desde que a motivação para exercê-lo esteja relacionada à ausência de demonstração de capacidade técnica da empresa ou não cumprimento às regras de compliance.
 - 6.3 Os IQS deverão ser aferidos mensalmente de acordo com o disposto neste Apêndice.
 - 6.4 A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à ARTESP, mensalmente, todos os dados coletados para aferição dos resultados dos IQS definidos neste Apêndice.
 - 6.5 A CONCESSIONÁRIA também publicará mensalmente, de forma acessível, no sítio eletrônico do Aeroporto, um relatório do desempenho do serviço, identificando o padrão pertinente e o histórico do desempenho mensal para os IQS.
 - 6.6 A metodologia para realização da pesquisa de que trata o item 6 observará a regulamentação editada pela ARTESP. No caso de ausência de metodologia regulamentada pela ARTESP, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar metodologia própria ou, se existente, metodologia da ANAC, observadas as disposições contratuais, para aprovação pela ARTESP.
7. A ARTESP poderá requisitar que a empresa de pesquisa e/ou a CONCESSIONÁRIA utilize sistema, software, regra ou aplicativo especificado pela ARTESP para realização, registro, gravação dos áudios de entrevistas, cálculo ou consolidação dos IQS.
 8. A ARTESP poderá, ainda, estender a pesquisa de satisfação a outros USUÁRIOS.

Pesquisa de Satisfação dos Passageiros

9. As perguntas da Pesquisa de Satisfação dos Passageiros deverão ser elaboradas no formato de questionários e serão entregues e coletadas nos portões de embarque, ou através de entrevista direta. Os questionários deverão estar disponíveis nos idiomas Português, Espanhol e Inglês e qualquer outro grupo linguístico importante para o Aeroporto.
 - 9.1 As entrevistas em português deverão ser realizadas sempre de forma direta.
10. Alinhada às melhores práticas internacionais, a amostra deverá contemplar pelo menos 1.000 (mil) entrevistas anuais com passageiros que estão embarcando no Aeroporto, escalonada durante cada mês, conforme determinação a ser expedida pela ANAC, a qual considerará a distribuição em função da movimentação mensal e sua sazonalidade.
11. A programação de entrevistas estabelecida anualmente com a ANAC deverá ter uma abrangência anual e balanceada com amostras de voos de vários destinos e dos períodos matutino, vespertino e noturno, dias da semana e fins de semana. A ANAC terá o direito de requisitar uma cota representativa de entrevistas por destino ou outro critério. Na medida do possível, os passageiros deverão ser escolhidos aleatoriamente.

12. Deverá ser solicitado ao passageiro que classifique os vários atributos do Aeroporto conforme a seguinte escala:

Muito Bom	Bom	Satisfatório	Ruim	Péssimo	Não utilizou / não sabe
5	4	3	2	1	Descartar a resposta

13. O Resultado de cada indicador de Pesquisa de Satisfação de Passageiros será a média dos resultados auferidos para respostas válidas, conforme fórmula abaixo:

$$R(i) = \frac{\sum_{x=1}^n P_i(x)}{n}$$

Onde:

R(i)– Resultado do Indicador “i” referente a Pesquisa de Satisfação de Passageiros;

Pi (x) – Pontuação válida obtida pela resposta do passageiro “x” para o indicador “i” durante determinado período;

n – Quantidade de respostas válidas para o indicador “i” durante determinado período;

14. Além dos indicadores definidos na Tabela C.1, devem fazer parte da Pesquisa de Satisfação dos Passageiros o monitoramento dos seguintes indicadores relativos ao índice de satisfação:

Tabela C.1 – Indicadores de Qualidade de Serviço Relativos ao Índice de Satisfação

Satisfação	Satisfação geral
	Atendimento das expectativas
	Comparação com um aeroporto ideal

15. As perguntas relacionadas aos indicadores de índice de satisfação devem seguir a escala abaixo.

Satisfeito			Insatisfeito	
Muito Bom	Bom	Satisfatório	Ruim	Pés sim o
5	4	3	2	1

16. O resultado de cada indicador da Tabela 3 será expresso em termos de percentual de passageiros respondentes que atribuíram notas classificadas sob o título “Satisfeito”.

Dos Indicadores de Qualidade de Serviço – IQS

17. Os padrões dos IQS estão definidos neste Apêndice.
18. Os IQS passarão a ser aferidos em até 60 (sessenta) dias após o término da Fase I-B.
19. A reincidência de baixo desempenho na qualidade de serviço, caracterizada pelo não alcance do padrão estabelecido para um mesmo Indicador de Qualidade de Serviço (IQS) – além de 3 (três) meses em um prazo de 12 (doze) meses, configura condição sujeita a aplicação das penalidades contratualmente previstas, exceto para os indicadores elencados na categoria Check in e no Índice de Satisfação.
- 19.1 Para efeitos do disposto no item 11, serão considerados os dados coletados no período entre [●] de um ano e [●] do ano seguinte.
- 19.2 Serão levados em consideração, de forma individual, para verificação da reincidência de baixo desempenho na qualidade de serviço, os IQS relacionados na Tabela 2 deste Apêndice, desde que tenham padrão estabelecido.

Indicadores de Qualidade de Serviço

20. Os Indicadores de Qualidade de Serviço – IQS compreendem os resultados da Pesquisa de Satisfação dos Passageiros.

21. Os indicadores a serem considerados na Pesquisa de Satisfação de Passageiros a ser realizada nos aeroportos são aqueles constantes da Tabela 1 deste Apêndice.
22. A CONCESSIONÁRIA deverá manter registros detalhados das medições, que poderão ser auditados pela ARTESP a qualquer tempo.
23. A Tabela C.2 apresenta todos os Indicadores de Qualidade de Serviço, que deverão ser aferidos mensalmente nos aeroportos e constar no Relatório de Qualidade de Serviço.

Tabela C.2 - Indicadores de Qualidade de Serviço

Aspectos	Indicadores
Inspeção de Segurança	1. Tempo de espera na fila de inspeção de segurança
	2. Organização do processo de inspeção de segurança
	3. Atendimento e cortesia dos funcionários da fila de inspeção de segurança
Mobilidade	4. Facilidade de encontrar seu caminho no terminal
	5. Disponibilidade de informações de voos
	6. Distância caminhada no terminal
Serviços Básicos	10. Limpeza de banheiros
	11. Disponibilidade de banheiros
	12. Qualidade de rede sem fio e outras conexões de internet disponibilizadas pelo operador aeroportuário
	13. Disponibilidade de carrinhos para bagagem nas áreas públicas
Ambiente	14. Conforto nas áreas de embarque
	15. Conforto térmico
	16. Conforto acústico
	17. Limpeza geral do aeroporto
Acesso	18. Facilidade para entrar ou sair de veículo na via de acesso junto à entrada do terminal (meio-fio)
	19. Disponibilidade de vagas de estacionamento
	20. Qualidade das instalações do estacionamento
Valor	21. Relação Preço-Qualidade dos estacionamentos
	22. Relação Preço-Qualidade dos restaurantes
	23. Relação Preço-Qualidade das lojas
Check-in	24. Tempo de espera de check-in no aeroporto
	25. Eficiência do processo de check-in no aeroporto
	26. Atendimento e cortesia dos funcionários do check-in
Satisfação	27. Satisfação geral
	28. Atendimento das expectativas
	29. Comparação com um aeroporto ideal

24. A Tabela C.3 apresenta os indicadores com seus respectivos valores de referência.

Tabela C.3 – Valores de referência para os Indicadores de Qualidade de Serviço

Pesquisa de Satisfação dos Passageiros			
Categoria	Indicador	Critério	Padrão
Mobilidade	Facilidade de encontrar seu caminho no terminal	Aferição por meio de pesquisa de satisfação dos passageiros	3,90
	Disponibilidade de informações de voos		4,00
	Distância caminhada no terminal		3,80
Serviços Básicos	Limpeza de banheiros		4,00
	Disponibilidade de banheiros		4,00
	Qualidade de rede sem fio e outras conexões de internet disponibilizadas pelo operador aeroportuário		3,40
Serviços Básicos Ambiente	Disponibilidade de carrinhos para bagagem nas áreas públicas		4,00
	Conforto nas áreas de embarque		3,60
	Conforto térmico		4,00
	Conforto acústico		3,90
Ambiente Acesso	Limpeza geral do aeroporto		4,20
	Facilidade para entrar ou sair de veículo na via de acesso junto à entrada do terminal (meio-fio)		3,50
	Disponibilidade de vagas de estacionamento		3,50
	Qualidade das instalações do estacionamento		3,20

Do Plano de Qualidade de Serviço – PQS

25. O PQS deverá demonstrar que a CONCESSIONÁRIA planejou e implementará medidas adequadas para assegurar a qualidade dos serviços prestados aos USUÁRIOS, cumprindo, ao menos, os parâmetros exigidos por este PEA, pelo CONTRATO e ANEXOS e demais regulamentações vigentes.
26. O primeiro PQS deverá ser encaminhado até o mês de aniversário da CONCESSÃO do terceiro reajuste.
- 26.1 Os demais PQS deverão ser encaminhados até o mês de aniversário da CONCESSÃO anterior a cada reajuste.

Anexo 02 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

27. O Plano de Qualidade Serviço terá vigência durante o ano calendário posterior à data definida para sua apresentação.
28. O PQS deverá compreender, minimamente, o seguinte conteúdo:
 - 28.1 Definição de responsabilidades, procedimentos e requisitos mínimos de qualificação para a equipe dedicada ao atendimento aos USUÁRIOS;
 - 28.2 Programa de capacitação e treinamento para a equipe dedicada ao atendimento aos USUÁRIOS;
 - 28.3 Sistematização das necessidades dos USUÁRIOS;
 - 28.4 Protocolos de assistência ao passageiro;
 - 28.5 Serviços de informação;
 - 28.6 Sítio eletrônico do aeroporto na rede mundial de computadores com os serviços de informação disponibilizados aos USUÁRIOS;
 - 28.7 Padrões mínimos de serviços;
 - 28.8 Relatório de Qualidade de Serviço;
 - 28.9 Plano de Ação.
29. Na elaboração do PQS, a CONCESSIONÁRIA deverá identificar e cumprir todas as leis, regulamentos, e demais normas aplicáveis às suas atividades.
30. O PQS vinculará à CONCESSIONÁRIA para todos os fins de direito, cabendo a ela seu estrito cumprimento e implementação, sujeitando-se às obrigações previstas neste Apêndice, no CONTRATO e ANEXOS e às penalidades pelo descumprimento de quaisquer obrigações previstas no PQS.
31. A CONCESSIONÁRIA poderá utilizar quaisquer planos existentes, bem como descrições das instalações, sistemas e procedimentos do Aeroporto para desenvolver o PQS.
32. O Relatório de Qualidade de Serviço – RQS, parte integrante do PQS, deve contemplar os IQS descritos neste Apêndice, bem como o registro de reclamações, denúncias, sugestões e elogios recebidos pelos diversos canais de comunicação da CONCESSIONÁRIA com a comunidade aeroportuária.
 - 32.1 O RQS deverá demonstrar os resultados aferidos no período entre mês de aniversário da CONCESSÃO do ano anterior e o décimo segundo mês seguinte ao mês de aniversário da CONCESSÃO ao envio do PQS.
 - 32.2 Para cada um dos componentes pesquisados, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar histórico das avaliações dos USUÁRIOS, comparando-as com os resultados anteriores.
33. Com base nas informações do RQS, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar Plano de Ação, baseado em estudo técnico, para as áreas com baixo desempenho na qualidade de serviço mensurado, a fim de suprir as deficiências apontadas, englobando treinamento de pessoal, melhorias físicas e mudanças de procedimentos.

Anexo 02 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

- 33.1 O plano deverá apresentar, ainda, ações para mitigar e corrigir problemas identificados por meio de sistema utilizado pela CONCESSIONÁRIA para verificar as necessidades dos Usuários, documentá-las e rastreá-las.
34. Na produção do PQS, a CONCESSIONÁRIA deve consultar as EMPRESAS AÉREAS usuárias do aeroporto, devendo demonstrar no PQS apresentado à ARTESP como as sugestões e demandas das Empresas Aéreas foram consideradas.
35. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar juntamente com o PQS, os protocolos de concordância, referentes aos Acordos de Nível de Serviço entre a CONCESSIONÁRIA e EMPRESAS AÉREAS atuantes no Aeroporto.
- 35.1 Considera-se Acordo de Nível de Serviço aquele celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e as EMPRESAS AÉREAS com o objetivo de proporcionar a melhoria dos serviços prestados, a eficiência das operações e definir os compromissos alocados às partes envolvidas.
- 35.2 A cada atualização dos Acordos de Nível de Serviços, o novo protocolo deverá ser encaminhado à ARTESP no prazo de 30 (trinta) dias.
- 35.3 Caso as partes não cheguem a um acordo, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à ARTESP, juntamente com o PQS, relatório de consulta, que comprove a realização da negociação entre as partes, contendo ainda as divergências encontradas e justificativas para não realização do Acordo.

APÊNDICE D

Este Apêndice é aplicável apenas para Aeroportos com movimentação anual inferior a 1 milhão de passageiro ao ano.

Para fins de Qualidade de Serviço, a CONCESSIONÁRIA deverá observar o disposto neste Apêndice.

Do Sistema de registro e tratamento das demandas relacionado à prestação do serviço

1. A CONCESSIONÁRIA deverá dispor de sistema de registro e tratamento das demandas relacionado a prestação do serviço apto a gerar relatório contendo as informações sobre as manifestações recebidas, assegurando à ARTESP o acesso aos dados brutos do referido sistema, nos termos e prazos definidos no CONTRATO e demais regulamentos expedidos pela ARTESP.
2. O Sistema de registro e tratamento das demandas relacionado à prestação do serviço deverá registrar, minimamente, as seguintes informações:
 - 2.1 Identificador único e sequencial;
 - 2.2 Data e hora do fato alegado, do registro e da conclusão da demanda;
 - 2.3 Dados de contato do manifestante;
 - 2.4 Classificação das manifestações e o respectivo endereçamento;
3. O Sistema de registro e tratamento das demandas relacionadas à prestação de serviço deverá ser capaz de gerar relatórios de controle e gestão.
4. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar, periodicamente à ARTESP, as informações coletadas por meio do sistema de registro, juntamente com as seguintes considerações:
 - 4.1 Análise crítica das causas dos principais problemas identificados;
 - 4.2 Plano de ação para mitigar ou corrigir os problemas identificados por meio de sistema utilizado pela CONCESSIONÁRIA para verificar as necessidades dos Usuários, documentá-las e rastreá-las;
 - 4.3 Registro das ações já realizadas e análise de efetividade dessas na solução dos problemas.
5. O Sistema de registro e tratamento das demandas relacionado à prestação do serviço poderá ser auditado pela ARTESP a qualquer tempo.

APÊNDICE E

Áreas de imissão imediata na posse pela CONCESSIONÁRIA

1. GRUPO NOROESTE

1.1. Aeroporto de São José do Rio Preto:

Localização do Aeroporto São José do Rio Preto



Vista aérea do Aeroporto de São José do Rio Preto



- 1.1.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Professor Eriberto Manoel Reino- SBSRC, que totaliza aproximadamente 4.993.879,80m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38

Anexo 02 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.1.1.1. Área de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, medindo aproximadamente 4.993.879,80 m², conforme matrícula 61.822 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto.

1.2. Aeroporto de Presidente Prudente:

Vista Aérea do Aeroporto de Presidente Prudente



Localização do Aeroporto de Presidente Prudente



1.2.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto de Presidente Prudente – SBDN, que totaliza aproximadamente 1.259.613,00 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

Anexo 02 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

- 1.2.1.1: Área de propriedade do Município de Presidente Prudente, medindo 779.508,00 m², conforme matrícula nº 5.781 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente, conforme certidão datada de 15/04/2013.
- 1.2.1.2: Área de propriedade do Município de Presidente Prudente, medindo 180.911,00m², conforme matrícula nº 5.784 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente, conforme certidão datada de 15/04/2013.
- 1.2.1.3: Área de propriedade do Município de Presidente Prudente, medindo 20.312,00 m², conforme matrícula nº 5.790 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente, conforme certidão datada de 15/04/2013.
- 1.2.1.4: Área de propriedade do Município de Presidente Prudente, medindo 5.296,00 m², conforme matrícula nº 5.929 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente, conforme certidão datada de 15/04/2013.
- 1.2.1.5: Área de propriedade do Município de Presidente Prudente, medindo 5.475,00 m², conforme matrícula nº 5.953 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente, conforme certidão datada de 15/04/2013.
- 1.2.1.6: Área de propriedade do Município de Presidente Prudente, medindo 42.511,00 m², conforme matrícula nº 10.578 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente, conforme certidão datada de 15/04/2013.
- 1.2.1.7: Área de propriedade do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 220.420,00m², conforme matrícula nº 12.641 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente, conforme certidão datada de 15/04/2013.
- 1.2.1.8: Área de propriedade do Município de Presidente Prudente, medindo 5.180,00 m², conforme matrícula nº 17.339 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Presidente, conforme certidão datada de 15/04/2013.

1.3. Aeroporto de Araçatuba:

Localização do Aeroporto de Araçatuba



Vista aérea do Aeroporto de Araçatuba



1.3.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Dario Guarita - SBAU, a qual totaliza aproximadamente uma área de 1.452.000,00 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.3.1.1. Área de propriedade do Município de Araçatuba, medindo 1.452.000,00 m², conforme transcrição nº 30.498 do Cartório de Registro de Araçatuba, conforme certidão datada de 07/03/2013.

1.3.1.2. Área de propriedade da Diva Antonio Abdalla, medindo 6.789.068,00 m², conforme matrícula nº 51.658 do Cartório de Registro de Araçatuba, conforme certidão datada de 07/03/2013.

1.4. Aeroporto de Votuporanga:

Localização do Aeroporto de Votuporanga



Vista aérea do Aeroporto de Votuporanga



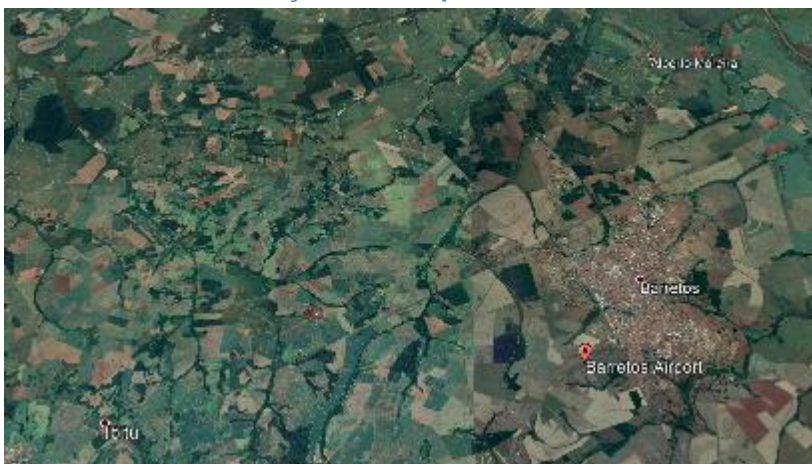
- 1.4.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Domingos Pignatari – SDVG, a qual totaliza uma área de aproximadamente 1.257.760,00 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:
- 1.4.1.1. Área de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, medindo 21.000,00 m², conforme transcrição nº 14.831 do Cartório de Registro de Votuporanga, conforme certidão datada de 08.11. 2012.
 - 1.4.1.2. Área de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, medindo 26.025,00 m², conforme transcrição nº 14.832, do Cartório de Registro de Votuporanga, conforme certidão datada de 08.11. 2012.
 - 1.4.1.3. Área de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, medindo 203.000,00 m², conforme transcrição nº 14.833, do Cartório de Registro de Votuporanga, conforme certidão datada de 08.11. 2012.
 - 1.4.1.4. Área de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, medindo 57.057,00 m², conforme transcrição nº 14.834 do Cartório de Registro de Votuporanga, conforme certidão datada de 08.11. 2012.
 - 1.4.1.5. Área de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, medindo 124.000,00 m², conforme transcrição nº 14.835 do Cartório de Registro de Votuporanga, conforme certidão datada de 08.11. 2012.
 - 1.4.1.6. Área de propriedade da Diomar Veronezzi, medindo 681.043,00 m², conforme matrícula nº 1.594 do Cartório de Registro de Votuporanga, conforme certidão datada de 30.11.2012.
 - 1.4.1.7. Área de propriedade da Mito & Mito Empreendimentos Imobiliários Ltda., medindo 145.635,00 m², conforme matrícula nº 34.495 do Cartório de Registro de Votuporanga, conforme certidão datada de 30.11.2012.

1.5. Aeroporto de Barretos :

Vista Aérea do Aeroporto de Barretos



Localização do Aeroporto de Barretos



- 1.5.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Chafei Amsei – SNBA , que totaliza aproximadamente 1.008.731,90 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.5.1.1. Área de propriedade do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 751.056,40 m², conforme matrícula nº 2.860, do Cartório de Registro de de Imóveis Barretos, conforme documento emitido pela Procuradoria Jurídica do DAESP em 26 de outubro de 2011 (INF.PJ/GADG33/11).

1.5.1.2. Área de propriedade de Mário Marzagão, medindo 252.971,00 m², mencionada no Decreto Municipal nº 3.143/1978, que autorizou a desapropriação.

1.5.1.3. Área de propriedade de Newton Siqueira Sopa, medindo 3.320,00 m², mencionada no Decreto Municipal nº 3.143/1978, que autorizou a desapropriação.

1.5.1.4. Área de propriedade de Eizo Joho e Pedro Joho, medindo 31.460,00 m², mencionada

no Decreto Municipal nº 3.143/1978, que autorizou a desapropriação e conforme matrícula nº 16.387.

1.5.1.5. Área de propriedade dos herdeiros de Paulo Joho, medindo 72.600,00 m², mencionada no Decreto Municipal nº 3.143/1978, que autorizou a desapropriação e conforme matrícula nº 45.283.

1.5.1.6. Área de propriedade de Francisco de Souza Cabral, medindo 26.741,50 m², mencionada no Decreto Municipal nº 3.143/1978, que autorizou a desapropriação e conforme transcrição nº 45.266.

1.5.1.7. Área de propriedade de Toshio Mikawa, medindo 96.800,00 m², mencionada no Decreto Municipal nº 3.143/1978, que autorizou a desapropriação e conforme transcrição nº 42.212.

1.6. Aeroporto de Dracena:

Localização do Aeroporto de Dracena



Vista Aérea do Aeroporto de Dracena

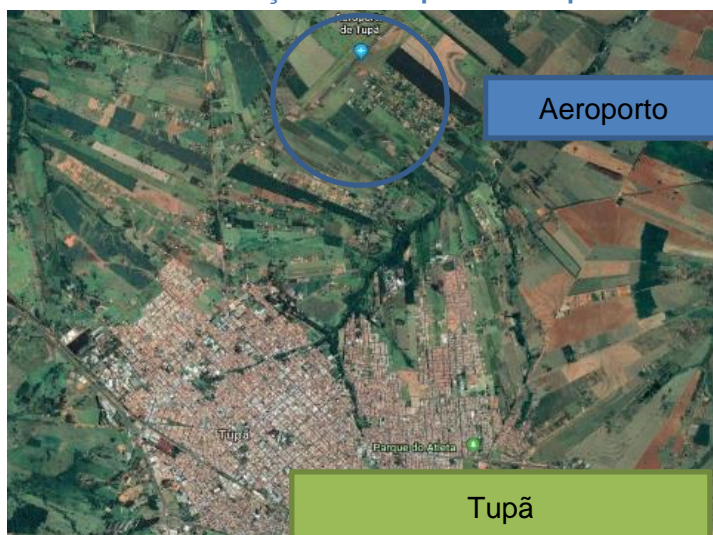


- 1.6.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Moliterno de Dracena – SDDR , que totaliza aproximadamente 456.880,00 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.6.1.1. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 456.880,00 m², conforme matrícula nº 3.325 do Cartório de Registro de Imóveis de Dracena, conforme certidão datada de 08/04/2013.

1.7. Aeroporto de Tupã:

Localização do Aeroporto de Tupã



Vista Aérea do Aeroporto de Tupã



- 1.7.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto José Vicente Faria Lima - SDTP, medindo aproximadamente 895.444,60 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº

7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.7.1.1. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 872.363,80 m², conforme transcrição nº 32.513 do Cartório de Registro de Imóveis de Tupã, conforme certidão datada de 15/04/2013.

1.7.1.2. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 23.080,80 m², conforme matrícula nº 24.194, do Cartório de Registro de Imóveis de Tupã, conforme certidão datada de 12/04/2013.

1.8. Aeroporto de Presidente Epitácio:

Localização do Aeroporto de Presidente Epitácio



Vista Aérea do Aeroporto de Presidente Epitácio



1.8.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto

Geraldo Moacir Bordon – SDEP, medindo aproximadamente 474.350,08 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.8.1.1. Área de propriedade da Beira Rio Empreendimentos Imobiliários LTDA., medindo 474.350,08 m², conforme matrícula nº 9.561, do Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Epitácio, conforme certidão datada de 08/04/2013.

1.9. Aeroporto de Andradina:

Localização do Aeroporto de Andradina



Vista aérea do Aeroporto de Andradina



1.9.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Aeroporto Estadual Paulino Ribeiro de Andrade, medindo aproximadamente 519.916,10 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.9.1.1. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 519.916,10 m², conforme matrícula nº 7. 115, do Cartório de Registro de Imóveis de Andradina, conforme certidão datada de 16/04/2013.

1.10. Aeroporto de Assis:

Localização do Aeroporto de Assis



Vista Aérea do Aeroporto de Assis



1.10.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Marcelo Pires Halzhausen – SNAX, medindo aproximadamente 1.176.063,00 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.10.1.1. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 369.998,00 m², conforme matrícula nº 7.526 do Cartório de Registro de Imóveis de Assis, conforme certidão datada de 12/04/2013.

Anexo 02 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

1.10.1.2. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 21.000,00 m², conforme matrícula nº 19.589 do Cartório de Registro de Imóveis de Assis, conforme certidão datada de 12/04/2013.

1.10.1.3. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 507.705,00 m², conforme matrícula nº 28.883 do Cartório de Registro de Imóveis de Assis, conforme certidão datada de 12/04/2013.

1.10.1.4. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 193.630,00 m², conforme matrícula nº 28.884 do Cartório de Registro de Imóveis de Assis, conforme certidão datada de 12/04/2013.

1.10.1.5. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 83.730,00 m², conforme matrícula nº 28.885 do Cartório de Registro de Imóveis de Assis, conforme certidão datada de 12/04/2013.

1.11. Aeroporto de Avaré/Arandu:

Vista aérea do Aeroporto de Avaré/Arandu



Localização do Aeroporto de Avaré/Arandu



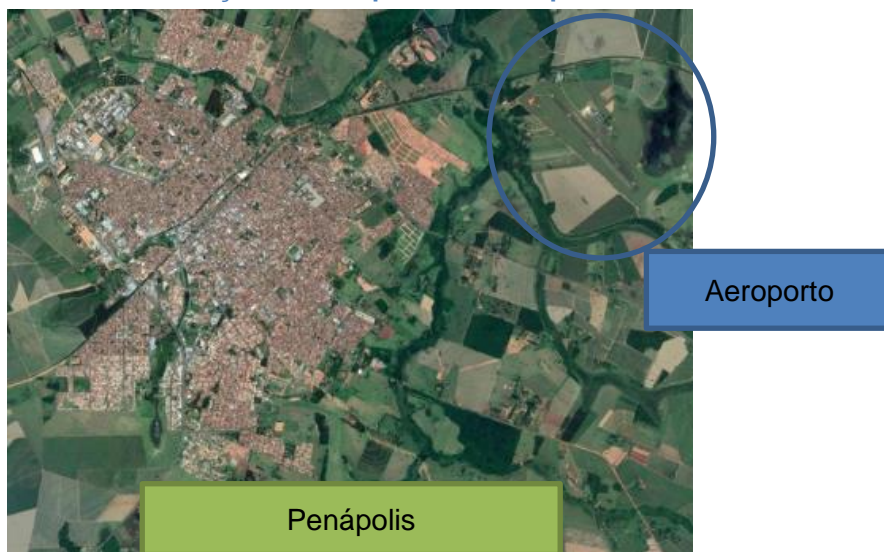
1.11.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Regional Comandante Luiz Gonzaga Lutti, medindo aproximadamente 788.093,12 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.11.1.1. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 464.398,12 m², conforme matrícula nº 21.660 do Cartório de Registro de Imóveis de Avaré, conforme certidão datada de 07/05/2013.

1.11.1.2. Área de propriedade da Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 323.695,00 m², conforme matrícula nº 21.661 do Cartório de Registro de Imóveis de Avaré, conforme certidão datada de 07/05/2013.

1.12. Aeroporto de Penápolis

Localização do Aeroporto de Penápolis



Vista aérea do Aeroporto de Penápolis



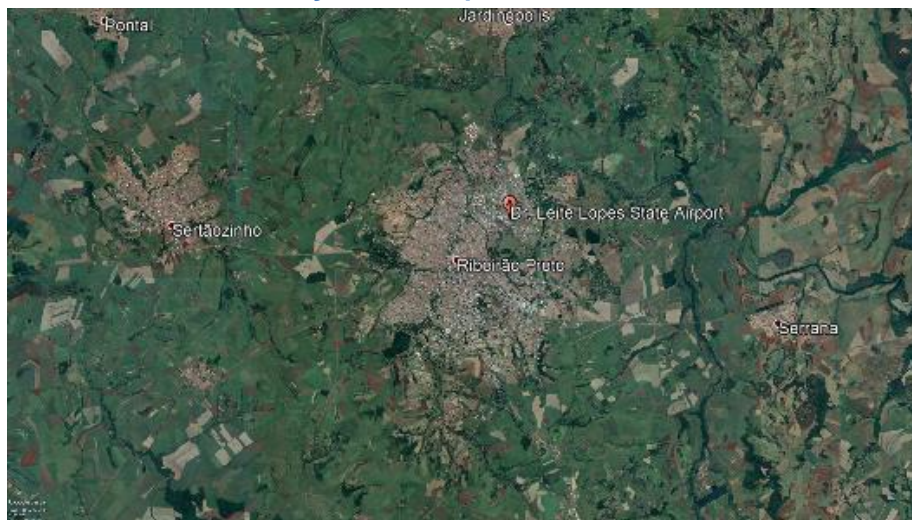
- 1.12.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Doutor Ramalho Franco – SDPN, medindo aproximadamente 1.335.985,20 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

1.12.1.1. Área de propriedade da União Federal, medindo 1.335.985,20 m², conforme matrícula nº 10.461 do Cartório de Registro de Imóveis de Penápolis, conforme certidão datada de 13/03/2013.

2. GRUPO SUDESTE

2.1 Aeroporto Ribeirão Preto :

Localização do Aeroporto de Ribeirão Preto



Vista Aérea do Aeroporto de Ribeirão Preto



2.1.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Leite Lopes - SBRP, medindo aproximadamente 1.629.259,50 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

2.1.1.1. Área de propriedade do Estado de São Paulo, medindo 883.268,00 m², conforme transcrição nº 2.902 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

2.1.1.2. Área de propriedade do Município de Ribeirão Preto, medindo 89.080,00 m², conforme transcrição nº 56.963 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

2.1.1.3. Área de propriedade do Município de Ribeirão Preto, medindo 132.000,00 m², conforme

transcrição nº 56.964 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

2.1.1.4. Área de propriedade do Município de Ribeirão Preto, medindo 27.880,00 m², conforme transcrição nº 56.965 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

2.1.1.5. Área de propriedade do Município de Ribeirão Preto, medindo 28.000,00 m², conforme transcrição nº 56.966 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

2.1.1.6. Área de propriedade do Município de Ribeirão Preto, medindo 28.600,00 m², conforme transcrição nº 56.967 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

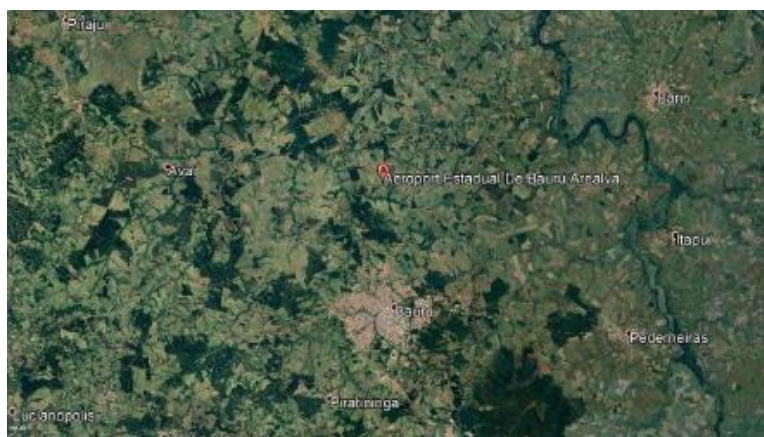
2.1.1.7. Área de propriedade do Município de Ribeirão Preto, medindo 21.672,00 m², conforme transcrição nº 56.968 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

2.1.1.8. Área de propriedade do Município de Ribeirão Preto, medindo 221.160,00 m², conforme transcrição nº 56.969 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

2.1.1.9. Área de propriedade do Município de Ribeirão Preto, medindo 54.920,00 m², conforme transcrição nº 56.970 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto.

2.2. Aeroporto de Bauru / Arealva:

Localização do Aeroporto de Bauru/Arealva



Vista Aérea do Aeroporto de Bauru/Arealva



2.1.2. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Moussa Nakhli Tobias – SBAE, medindo aproximadamente 4.473.862,431 m², em que o Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo está imitido na posse, composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

2.2.1.1. Área de propriedade do José Carlos Wagner, medindo 60.110,83 m², contidas nas seguintes matrículas, todas da circunscrição do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru, a saber: matrícula nº. 21.994 com área de 125.893,00 m²; matrícula nº. 22.991 com área de 242.000,00 m², alienada a Celso Carneiro da Silva e sua esposa Laurentina Ortiz de Camargo Silva em 1996; matrícula nº. 22.990 com área de 283.350,00 m², alienada a Celso Carneiro da Silva e sua esposa Laurentina Ortiz de Camargo Silva em 1996; matrícula nº. 37.761 com área de 744.784,00 m², São Deodato Participações e Administração Ltda em 2010.

2.2.1.2. Área de propriedade do Pérsio Norato, medindo 30.181,45 m², contida nas matrículas da circunscrição do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru, a saber: matrícula nº. 29.956 com área de 987.150,00 m².

2.2.1.3. Área de propriedade do José Augusto da Cunha Júnior, medindo 799.525,15 m², contida nas matrículas da circunscrição do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru, a saber: matrícula nº 2.727 com área de 1.573.000,00 m², matrícula nº 2.728 com área de 1.570.000,00 m², matrícula nº 7.344 com área de 1.034.550,00 m², matrícula nº 7.580 com área de 181.500,00 m², matrícula nº 7.581 com área de 60.500,00 m², matrícula nº 7.582 com área de 822.800,00 m², matrícula nº 7.583 com área de 132.374,00 m², matrícula nº 37.307 com área de 484.000,00 m², transmitida a Rio Vermelho Administração e Empreendimentos Ltda. em 2006.

2.2.1.4. Área de propriedade do Durvalino Olmo Moreno e outros, medindo 295.642,54 m², contida nas matrículas da circunscrição do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru, a saber: Matrículas nº 45.186, 45.187, 45.188, 45.189 e 45.190 unificadas na Matrícula nº 72.097, com

área de 1.272.920,00 m², Matrículas nº 72.098 (537.240,00 m²), 72.099 (537.240,00 m²), 72.100 (198.440,00 m²), desmembradas da Matrícula nº 72.097 e destinadas aos herdeiros de José Olmo; Matrícula nº 45.191 com área de 778.998,00 m², desmembrada nas Matrículas nº. 72.095 (488.598,00 m²) e 72.096 (290.400,00 m²).

2.2.1.5. Área de propriedade do José Mario Machado e outros, medindo 2.377.355,66 m², contida nas matrículas da circunscrição do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru, a saber: Matrícula nº 22.989 com área de 3.146.000,00 m², a qual consta o registro transmissão de várias partes ideais, sendo que o remanescente de 1.362.944,00 m², apurado em ação judicial de retificação de área, deu origem a Matrícula nº 86.792; Matrícula nº 09 com área de 1.887.600,00 m² que deu origem a matrícula nº 46.247 com área de 328.369,80 m² e a Matrícula nº. 46.462 com área de 1.559.369,80 m², de propriedade de Carlos Alberto Mansur Zaquia.

2.2.1.6. Área de propriedade do José Mario Machado, medindo 45.460,52m², contida nas matrículas da circunscrição do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru, a saber: Matrícula nº 46.682 com área de 1.758.891,00 m² que após ação judicial de retificação de área foi encerrada, dando origem à Matrícula nº 89.706 com área de 1.758.891,00 m²; Matrícula nº 89.706 com área de 1.758.891,00 m² com hipotecas vencíveis até 2019. Foi encerrada para abertura das Matrículas de nº 100.685 (446.723,00 m²), 100.686 (49.466,00 m²), 100.687 (351.382,00 m²), 100.688 (258.421,00 m²), 100.689 (614.156,00 m²) e 100.690 (38.743,00 m²), sendo que apenas esta última permanece a pessoas da família Queiroz.

2.2.1.6. Área de propriedade do Antônio Carlos Correa Ermacura, medindo 51.289,71 m², contida nas matrículas da circunscrição do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru, a saber: Matrícula nº 16.055 com área de 484.000,00 m², alienada por Antônio Carlos Ermacura em 1993.

2.2.1.7. Área de propriedade de Yoshiteru Adachi e outros, medindo 814.296,57m² contida nas matrículas da circunscrição do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru, a saber: Matrícula nº 2.551 com área de 1.113.200,00 m², em que constam hipotecas não canceladas; Matrícula nº 33.924 com área de 600.111,00 m² e Matrícula nº 46.247 com área de 328.369,80 m².

2.3. Aeroporto de Marília:

Localização do Aeroporto de Marília



Vista aérea do Aeroporto de Marília

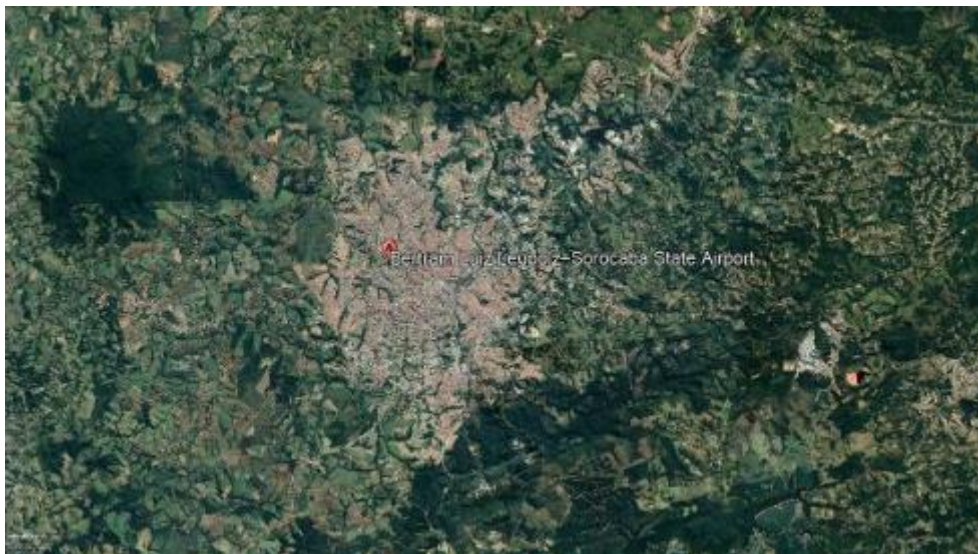


- 2.3.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Frank Miloye Milenkovich- SBMLMoussa Nakhl Tobias – SBAE, medindo aproximadamente 539.350,00 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

2.3.1.1. Área de propriedade de Município de Marília, medindo 539.350,00 m² conforme a transcrição nº 26.531 da circunscrição do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Marília.

2.4. Aeroporto de Sorocaba:

Localização do Aeroporto de Sorocaba



Vista Aérea do Aeroporto Sorocaba



- 2.4.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto de Sorocaba – SDCO, medindo aproximadamente 2.289.616,40 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

2.4.1.1. Área de propriedade de Embrasil S.A. Empresa Brasileira de Óleos, medindo 1.331.000,00 m², conforme a transcrição nº 18.880 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.2. Área de propriedade de Olga Carvalho, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 36.196 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2016.

2.4.1.3. Área de propriedade de Antonio Roberto de Carvalho, medindo 450,00 m², conforme a transcrição nº 36.365 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.4. Área de propriedade de Eulália Martins de Azevedo Figueiredo, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 55.417 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.5. Área de propriedade de Nadyr Martins de Azevedo, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 55.418 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.6. Área de propriedade de Francisco Tambelli, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 18.880 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 26/06/2013.

2.4.1.7. Área de propriedade de Francisco Tambelli, medindo 128.670,00 m², conforme a transcrição nº 12.937 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.8. Área de propriedade de Rosa Ribeiro, medindo 70.273,00 m², conforme a transcrição nº 40.668 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 07/06/2013.

2.4.1.9. Área de propriedade de Benedito Oliveira Louzada, medindo 25.000,00 m², conforme a transcrição nº 42.807 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.10. Área de propriedade de Dercy Luiza Martins de Azevedo e Jacinto Mendes Rios, medindo 420,00 m², conforme a transcrição nº 55.420 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.11. Área de propriedade de Francisco Emilio Nakayama, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 56.317 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.12. Área de propriedade de José Martins de Azevedo e Souza e Ana Soares dos Santos, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 59.165 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.14. Área de propriedade de Esther Martins de Azevedo Leite medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 59.166 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.15. Área de propriedade de Pedro Rodrigues de Almeida Filho medindo 390,00 m²,

conforme a transcrição nº 60.406 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.16. Área de propriedade de Maria Aparecida Fernandes, medindo 600,00 m², conforme a transcrição nº 63.282 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.17. Área de propriedade de Antônio Alves de Sousa, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 63.747 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.18. Área de propriedade de Ana Maria Martins, medindo 600,00 m², conforme a transcrição nº 65.270 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.19. Área de propriedade de Antônio Rossi, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 67.596 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.20. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 10.514,50 m², conforme a transcrição nº 67.806 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 21/06/2013.

2.4.1.21. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo aproximadamente 252,00 m², conforme a transcrição nº 68.705 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.22. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo aproximadamente 180,00 m², conforme a transcrição nº 68.751 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.23. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 68.752 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.24. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 200,00 m², conforme a transcrição nº 68.753 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.25. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 50,00 m², conforme a transcrição nº 68.754 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.26. Área de propriedade de Espólio de Maria Thereza Azevedo de Oliveira, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 69.197 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba,

conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.27. Área de propriedade de Leon Sandaaker, medindo 2.650,00 m², conforme a transcrição nº 69.275 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.28. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 2.230,11 m², conforme a transcrição nº 69.369 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.29. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 14.370,11 m², conforme a transcrição nº 69.834 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.30. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 16.858,10 m², conforme a transcrição nº 70.063 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.31. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 70.162 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.32. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 70.163 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.33. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 900,00 m², conforme a transcrição nº 70.164 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.34. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 880,00 m², conforme a transcrição nº 70.165 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.35. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 600,00 m², conforme a transcrição nº 70.166 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.36. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 600,00 m², conforme a transcrição nº 70.167 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.37. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 1320,00 m², conforme a transcrição nº 70.226 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.38. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 165,00 m², conforme a transcrição nº 70.247 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.39. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 6300,00 m², conforme a transcrição nº 71.822 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.40. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 6750,00 m², conforme a transcrição nº 71.823 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.41. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 600,00 m², conforme a transcrição nº 71.824 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.42. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 31126,35 m², conforme a transcrição nº 71.826 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.43. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 72.643 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.44. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 2900,00 m², conforme a transcrição nº 74.482 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.45. Área de propriedade de Maria Aparecida Pontes Addas, medindo 2900,00 m², conforme a transcrição nº 76.562 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.46. Área de propriedade de Martha Maria Pontes Abdalla, medindo 2900,00 m², conforme a transcrição nº 76.563 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.47. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 76.833 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.48. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 76.834 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.49. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 470,00 m², conforme a transcrição nº 77.307 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.50. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 450,00 m², conforme a transcrição nº 76.867 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.51. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 250,00 m², conforme a transcrição nº 77.578 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.52. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 77.128 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.53. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 900,00 m², conforme a transcrição nº 77.305 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.54. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 4.637,00 m², conforme a transcrição nº 77.575 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.55. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 426,50 m², conforme a transcrição nº 77.930 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.56. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 436,35 m², conforme a transcrição nº 77.931 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.57. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 796,16 m², conforme a transcrição nº 77.935 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.58. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 77.936 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.59. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 1.200,00 m², conforme a transcrição nº 77.937 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.60. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 600,00 m², conforme a

transcrição nº 77.938 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.61. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 77.939 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.62. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 15.603,49 m², conforme a transcrição nº 77.940 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.63. Área de propriedade de Benedito Venancio, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 77.944 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.62. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,49 m², conforme a transcrição nº 79.136 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.62. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 600,00 m², conforme a transcrição nº 79.139 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.63. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 79.654 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 22/07/2013.

2.4.1.64. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 79.655 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.65. Área de propriedade de Sociedade de Nossa Senhora Consoladora, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 28.532 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 12/06/2013.

2.4.1.66. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 56.506,64 m², conforme a transcrição nº 85.196 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 12/06/2013.

2.4.1.67. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 6.735,00 m², conforme a transcrição nº 85.323 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.68. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 1.303,84 m², conforme a transcrição nº 85.325 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão

datada de 08/02/2013.

2.4.1.69. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 600,00 m², conforme a transcrição nº 85.325 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.70. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 86.400 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.70. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 940,00 m², conforme a transcrição nº 87.142 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.71. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 861,72 m², conforme a transcrição nº 87.146 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.72. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 470,00 m², conforme a transcrição nº 88.062 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.73. Área de propriedade de Benedito Oliveira Lousada e outros, medindo 4.400,00 m², conforme a transcrição nº 88.062 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.74. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 60.426,00 m², conforme a transcrição nº 45.415 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.75. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 23.248,00 m², conforme a transcrição nº 45.416 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.76. Área de propriedade de Edwirge Nogueira e Onofre Mendes dos Santos, medindo 32.241,05 m², conforme a transcrição nº 45.416 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.77. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 53.834,00 m², conforme a transcrição nº 67.807 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.78. Área de propriedade de Edmundo Rogério de Oliveira, medindo 1.800,00 m², conforme a transcrição nº 68.400 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.79. Área de propriedade de Edwirge Nogueira e outros, medindo 1.469,78 m², conforme a transcrição nº 69.840 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 21/06/2013.

2.4.1.80. Área de propriedade de Edwirge Nogueira e outros, medindo 1.529,07 m², conforme a transcrição nº 69.841 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 21/06/2013.

2.4.1.81. Área de propriedade de Onofre Mendes dos Santos e s/m Davina Mendes dos Santos, medindo 4.681,00 m², conforme a transcrição nº 69.848 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 21/06/2013.

2.4.1.82. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 24.992,00 m², conforme a transcrição nº 69.847 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.83. Área de propriedade de Nadyr Martins de Azevedo, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 55.419 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.84. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a transcrição nº 55.419 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.85. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 600,00 m², conforme a transcrição nº 85.324 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.86. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 600,00 m², conforme a transcrição nº 85.324 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.87. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 2.843 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.89. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 450,00 m², conforme a matrícula nº 3.886 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.90. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 400,00 m², conforme a matrícula nº 5.842 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

Anexo 02 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

2.4.1.91. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 6.707 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.92. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 200,00 m², conforme a matrícula nº 10.280 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 26/08/2013.

2.4.1.93. Área de propriedade de Elizabeth Moron Machado e Wilson Machado; Alberto Rossi e Diva Forastieri Rossi, medindo 240,00 m², conforme a matrícula nº 13.035 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.94. Área de propriedade de João Batista da Silva e s/m, medindo 450,00 m², conforme a matrícula nº 16.592 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.95. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 16.593 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.96. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 17.458 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.97. Área de propriedade de Maria da Graça Luminati e outros, medindo 242,00 m², conforme a matrícula nº 18.637 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.98. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 18.970 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.99. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 18.971 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 03/05/2013.

2.4.1.100. Área de propriedade de Isaura Martins de Azevedo Salles e outros, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 21.520 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.101. Área de propriedade de Geraldo Martins de Azevedo e s/m, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 21.521 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.102. Área de propriedade de Odila Martins de Azevedo Mello Franco, medindo 300,00 m²,

Anexo 02 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

conforme a matrícula nº 21.522 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.103. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, medindo 128.670,00 m², conforme a matrícula nº 115.849 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.104. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 250,00 m², conforme a matrícula nº 26.004 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.105. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 250,00 m², conforme a matrícula nº 26.005 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.106. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 1.001,70 m², conforme a matrícula nº 33.717 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.107. Área de propriedade de Benedita Correa dos Santos, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 29.104 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.108. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 34.362 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.109. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 420,00 m², conforme a matrícula nº 34.617 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.110. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 240,00 m², conforme a matrícula nº 36.648 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.111. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 34.945 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.112. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, medindo 450,00 m², conforme a matrícula nº 39.615 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.113. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 240,00 m², conforme a matrícula nº 41.090 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão

datada de 02/05/2013.

2.4.1.114. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.488 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.114. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.489 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.114. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.490 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.115. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.491 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.116. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.492 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.117. Área de propriedade de Eliasibe de Castro, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.493 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.118. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.494 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.119. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.495 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.120. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.496 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.121. Área de propriedade de Benedicta Fioretto, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.497 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.122. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 41.498 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.123. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 240,00 m², conforme a matrícula nº 41.433 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.124. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 48.977 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.125. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 48.978 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.126. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 81.391 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.127. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 52.008 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.128. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 52.009 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.129. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 250,00 m², conforme a matrícula nº 52.010 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.130. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 52.216 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.131. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 52.339 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.132. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 900,00 m², conforme a matrícula nº 52.340 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.133. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 450,00 m², conforme a matrícula nº 52.342 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

Anexo 02 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

2.4.1.134. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 52.343 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.135. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 52.344 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.136. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 52.587 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.137. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 52.877 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.138. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 6.839,64 m², conforme a matrícula nº 53.219 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.139. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo -, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 55.103 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.140. Área de propriedade de Município de Sorocaba, medindo 250,00 m², conforme a matrícula nº 56.237 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.141. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 1.470,00 m², conforme a matrícula nº 56.374 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.142. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 1.470,00 m², conforme a matrícula nº 56.375 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.143. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 3.444,00 m², conforme a matrícula nº 56.376 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.144. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 3.444,00 m², conforme a matrícula nº 56.376 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.145. Área de propriedade do Município de Sorocaba, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 56.742 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão

datada de 02/05/2013.

2.4.1.146. Área de propriedade do Leon Weissmann, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 57.037 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.147. Área de propriedade do Leon Weissmann, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 57.039 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.148. Área de propriedade do Leon Weissmann, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 57.040 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.149. Área de propriedade do Leon Weissmann, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 57.041 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.150. Área de propriedade do Embrasol S.A – Empresa Brasileira de Óleos, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 58.285 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.151. Área de propriedade do Embrasol S.A – Empresa Brasileira de Óleos, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 58.293 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.152. Área de propriedade do Embrasol S.A – Empresa Brasileira de Óleos, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 58.294 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.153. Área de propriedade do Embrasol S.A – Empresa Brasileira de Óleos, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 58.295 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.154. Área de propriedade do Embrasol S.A – Empresa Brasileira de Óleos, medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 59.296 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.155. Área de propriedade do Município de Sorocaba medindo 1.363,65 m², conforme a matrícula nº 62.001 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.155. Área de propriedade do Município de Sorocaba medindo 1.363,65 m², conforme a matrícula nº 62.001 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.156. Área de propriedade do Município de Sorocaba medindo 240,00 m², conforme a matrícula nº 69.417 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.157. Área de propriedade do Município de Sorocaba medindo 900,00 m², conforme a matrícula nº 80.744 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

2.4.1.158. Área de propriedade do Município de Sorocaba medindo 250,00 m², conforme a matrícula nº 80.500 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.159. Área de propriedade do Município de Sorocaba medindo 300,00 m², conforme a matrícula nº 88.113 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.160. Área de propriedade do Município de Sorocaba medindo 900,00 m², conforme a matrícula nº 95.249 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 02/05/2013.

2.4.1.161. Área de propriedade do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo medindo 93.710,80 m², conforme a matrícula nº 115.850 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.162. Área de propriedade do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo medindo 10.851,00 m², conforme a matrícula nº 115.851 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.163. Área de propriedade do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo 18.717,57 m², conforme a matrícula nº 115.852 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.4.1.164. Área de propriedade do Município de Sorocaba 300,00 m², conforme a matrícula nº 117.904 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 05/02/2013.

2.4.1.165. Área de propriedade do Município de Sorocaba 240,00 m², conforme a matrícula nº 123.538 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 07/06/2013.

2.4.1.166. Área de propriedade do Município de Sorocaba 240,00 m², conforme a matrícula nº 123.539 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 07/06/2013.

Anexo 02 – Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

2.4.1.167. Área de propriedade do Município de Sorocaba 240,00 m², conforme a matrícula nº 123.540 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 07/06/2013.

2.4.1.168. Área de propriedade do Município de Sorocaba 240,00 m², conforme a matrícula nº 123.541 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 10/06/2013.

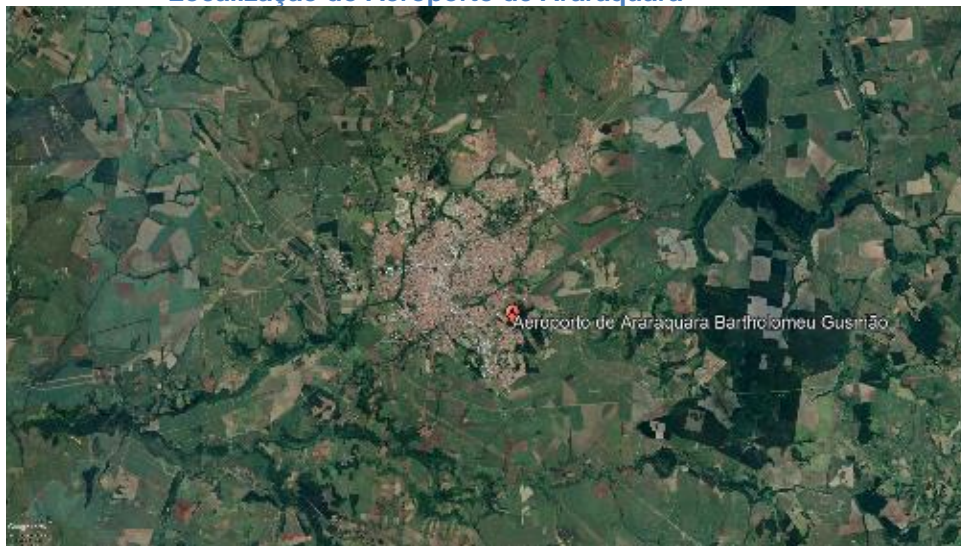
2.4.1.169. Área de propriedade do Município de Sorocaba 240,00 m², conforme a matrícula nº 123.542 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 07/06/2013.

2.4.1.170. Área de propriedade do Município de Sorocaba 240,00 m², conforme a matrícula nº 123.543 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 07/06/2013.

2.4.1.171. Área de propriedade do Departamento Aeroviário 29.768,43 m², conforme a matrícula nº 73.289 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, conforme certidão datada de 08/02/2013.

2.5. Aeroporto de Araraquara:

Localização do Aeroporto de Araraquara



Vista Aérea do Aeroporto de Araraquara



- 2.5.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Bartolomeu Gusmão – SBAQ, medindo aproximadamente 1.970.418,24 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

2.5.1.1. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 4.802,40 m², conforme a matrícula nº 958 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 04/02/2013.

2.5.1.2. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 48.865,68 m², conforme matrícula nº 259 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 04/02/2013.

2.5.1.3. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 12.172,20 m², conforme matrícula nº 14.351 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 04/02/2013.

2.5.1.4. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 472.104,77 m², conforme matrícula nº 17.442 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 21/03/2013.

2.5.1.5. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 105.887,70 m², conforme matrícula nº 17.443 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 21/03/2013.

2.5.1.6. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 211.796,32 m², conforme matrícula nº 20.781 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 21/03/2013.

2.5.1.7. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 18.325,45 m², conforme

matrícula nº 37.883 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 21/03/2013.

2.5.1.8. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 11.050,00 m2, conforme matrícula nº 69.899 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 21/03/2013.

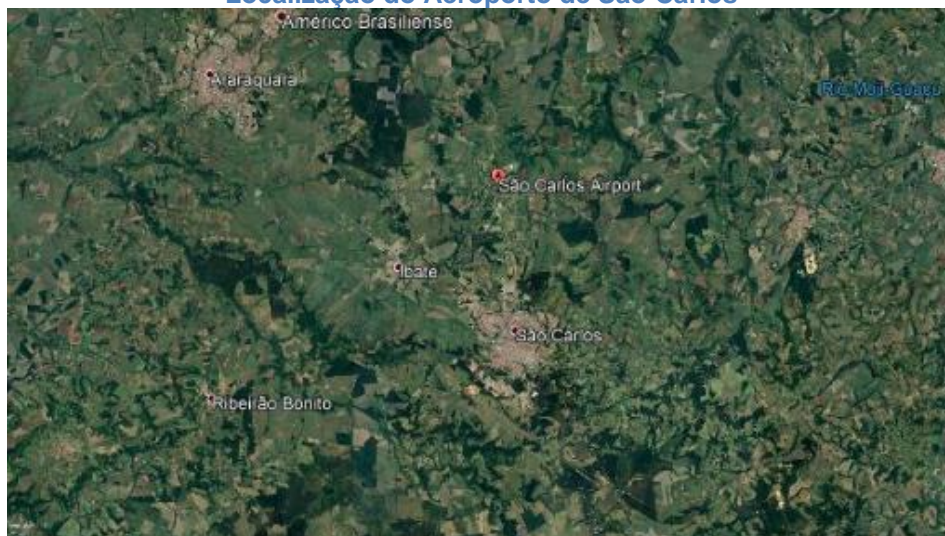
2.5.1.9. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 999.992,40 m2, conforme matrícula nº 122.930 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 04/02/2013.

2.5.1.10. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 63.780,00 m2, conforme matrícula nº 122.931 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 04/02/2013.

2.5.1.11. Área de propriedade do Município de Araraquara, medindo 21.641,32 m2, conforme matrícula nº 122.932 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, conforme certidão datada de 04/02/2013.

2.6. Aeroporto de São Carlos:

Localização do Aeroporto de São Carlos



Vista Aérea do Aeroporto de São Carlos



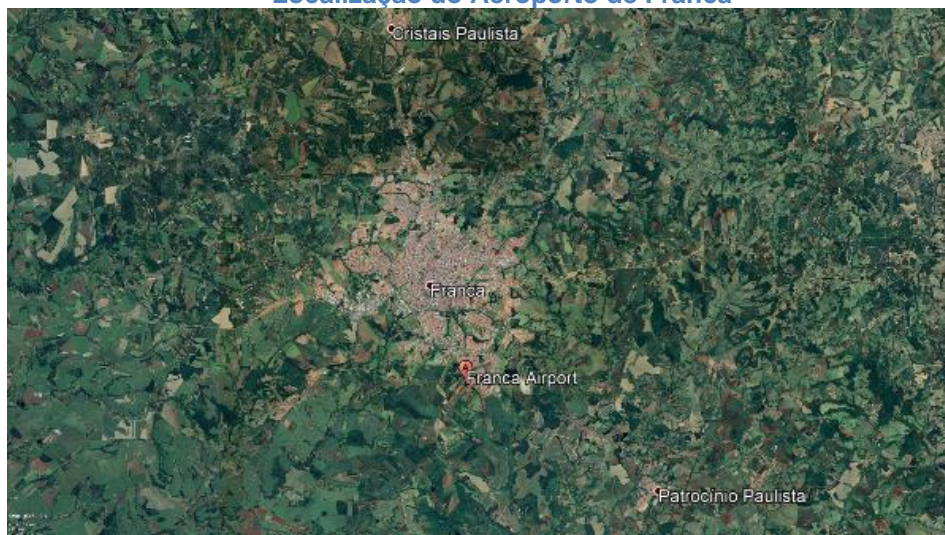
- 2.6.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Mário Pereira Lopes – SDSC, medindo aproximadamente 4.509.712,00 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

2.6.1.1. Área de propriedade de TAM Linhas Áreas S.A., medindo 3.988.444,00 m², conforme matrícula nº 12.137 do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos.

2.6.1.2. Área de propriedade de Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 521.268,00 m², conforme matrícula nº 130.178 do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, conforme certidão datada de 30 de janeiro de 2013.

2.7. Aeroporto de Franca:

Localização do Aeroporto de Franca



Vista Aérea do Aeroporto de Franca



- 2.7.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Tenente Lund Pressoto - SIMK, medindo aproximadamente 1.030.585,00 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

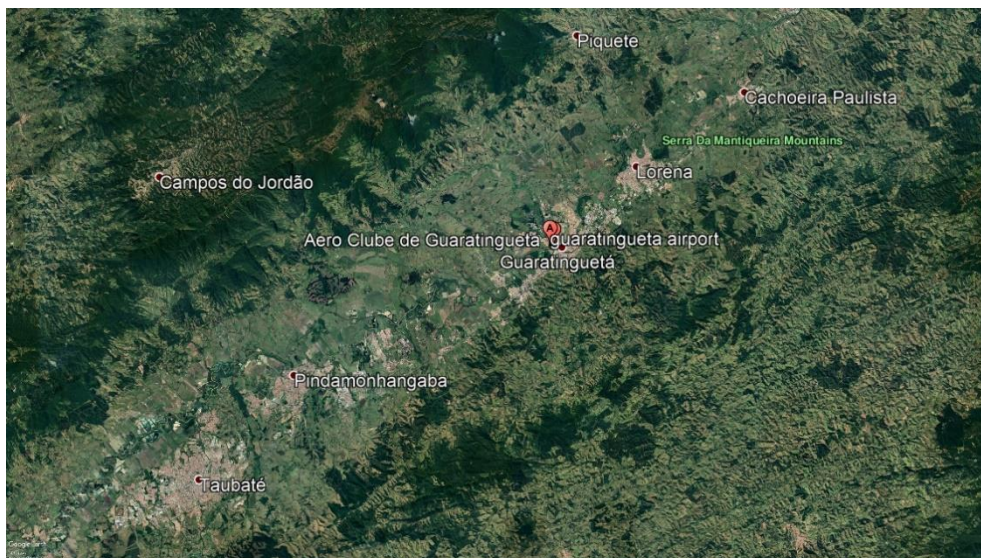
2.7.1.1. Área de propriedade do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, medindo 1.030.585,00 m², conforme matrícula nº 1 do Cartório de Registro de Imóveis de Franca, registrada em janeiro de 1976.

2.8. Aeroporto de Guaratinguetá:

Vista aérea do Aeroporto de Guaratinguetá



Localização do Aeroporto de Guaratinguetá



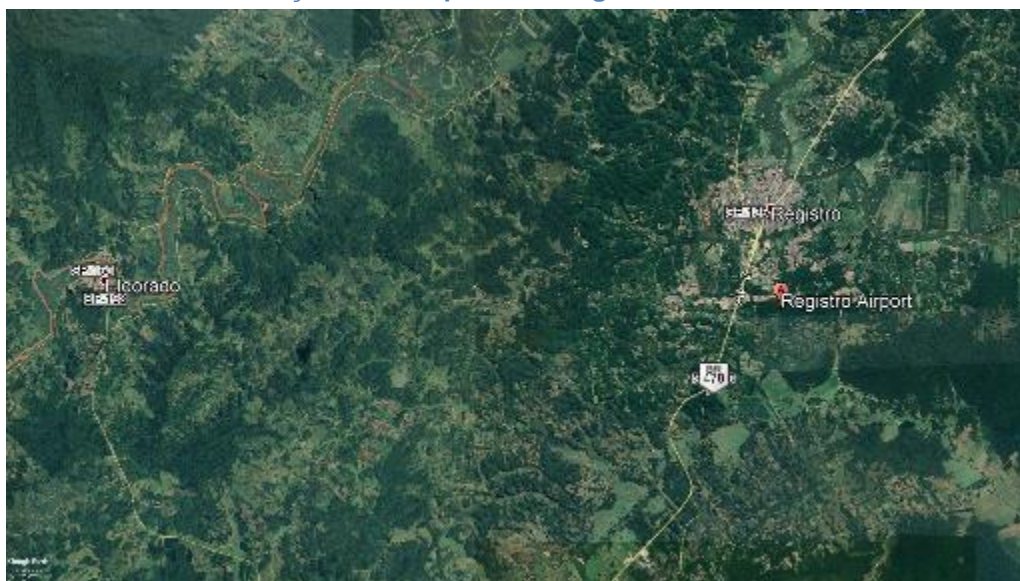
- 2.8.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto de Guaratinguetá- SBGW a ser definida após finalização da análise das informações sobre a área onde está situado o sítio aeroportuário. O Aeroporto passou a integrar o sistema do atual operador recentemente.

2.9. Aeroporto de Registro:

Vista aérea do Aeroporto de Registro



Localização do Aeroporto de Registro



- 2.9.1. A exploração aeroportuária objeto da presente concessão recai sobre a área civil do Aeroporto Estadual de Registro, medindo aproximadamente 1.054.728,57 m², composta pelas áreas descritas a seguir, que constituem universalidades, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986:

2.9.1.1. Área de propriedade de Marilene Coutinho Tavares, Walter Tavares Coutinho, Mara Silvia Tavares Coutinho, medindo 231.050,00 m², conforme transcrição nº 5.563 do Cartório de Registro de Imóveis de Registro, conforme certidão datada de 14/08/2013.

2.9.1.2. Área de propriedade de Kasuo Shimabukuro, medindo 84.597,07 m², conforme Matrícula nº 2.027 do Cartório de Registro de Imóveis de Registro, conforme certidão datada de 30/04/2013.

2.9.1.3. Área de propriedade de Joaquim Alves Esteves, medindo 332.940,00 m², conforme Matrícula nº 2.713 do Cartório de Registro de Imóveis de Registro, conforme certidão datada de 15/08/2013.

2.9.1.4. Área de propriedade de Torazo Okamoto S.A. Chá Ribeira, medindo 247.400,00 m², conforme Matrícula nº 5.781 do Cartório de Registro de Imóveis de Registro, conforme certidão datada de 30/04/2013.

2.9.1.5 Área de propriedade de Rubem Tsukasa Fukuda, medindo 8.571,50m², conforme Matrícula nº 8.170 do Cartório de Registro de Imóveis de Registro, conforme certidão datada de 30/04/2013.

2.9.1.6 Área de propriedade do Município de Registro, medindo 33.800,00 m², conforme Matrícula nº 11.076, do Cartório de Registro de Imóveis de Registro, conforme certidão datada de 30/04/2013.

2.9.1.7 Área de propriedade do Município de Registro, medindo 64.620,00 m², conforme Matrícula nº 11.077 do Cartório de Registro de Imóveis de Registro, conforme certidão datada de 30/04/2013.

2.9.1.8 Área de propriedade do Marilene Coutinho da Rosa e outros, medindo 64.620,00 m², conforme Matrícula nº 17.093 do Cartório de Registro de Imóveis de Registro, conforme certidão datada de 30/04/2013.

APÊNDICE F

Tabela de aplicabilidade de requisitos do PEA

Doc.	Item	Descrição	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4
			1Mi pax <NP ≤ 5Mi pax	NP ≤ 1Mi pax	NP ≤ 1Mi pax	NP ≤ 1Mi pax
			Serviço regular	Serviço regular	Serviço regular	Não serviço regular
			Todas aeronaves	Aeronaves > Cat. 2	Aeronaves ≤ Cat. 2	Todas aeronaves
PEA	1	Introdução	De observância obrigatória			
	2	Definições	De observância obrigatória			
	3	Objeto da Concessão	De observância obrigatória			
	4	Complexo Aeroportuário	De observância obrigatória			
	5	Especificações Mínimas dos Terminais de Passageiros				
		5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5, 5.8, 5.10 e 5.11	De observância obrigatória		A critério da Concessionária	
		5,6	De observância obrigatória		A critério da Concessionária	
		5,7	A critério da Concessionária			
		5,9	Obrigatório (sistema de informações de voo, sistema de climatização, assentos e mobiliário ergonômicos)	Obrigatório (sistema de informações de voo, sistema de climatização, assentos e mobiliário ergonômicos)	Obrigatório (sistema de informações de voo, sistema de climatização, assentos e mobiliário ergonômicos)	A critério da Concessionária
		Demais itens	A critério da Concessionária			
	7	Plano de Gestão da Infraestrutura				
		7.1 a 7.12	De observância obrigatória			
	8	Qualidade de Serviço	De observância obrigatória		A critério da Concessionária	
		Apêndices				

Anexo 02– Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

Doc.	Item	Descrição	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4
			1Mi pax <NP ≤ 5Mi pax	NP ≤ 1Mi pax	NP ≤ 1Mi pax	NP ≤ 1Mi pax
			Serviço regular	Serviço regular	Serviço regular	Não serviço regular
			Todas aeronaves	Aeronaves > Cat. 2	Aeronaves ≤ Cat. 2	Todas aeronaves
		Apêndice A	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
		Apêndice B	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	A critério da Concessionária
		Apêndice C	Obrigatório	n/a	n/a	n/a
		Apêndice D	n/a	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
		Apêndice E	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

Enquadramento dos aeroportos nas Faixas e regra de transição entre Faixas

1. Para fins de enquadramento do aeroporto na tabela de aplicabilidade dos requisitos contratuais e do PEA, considera-se os seguintes fatores: NP como número de passageiros processados no aeroporto em voos regulares nos últimos 3 (três) anos e a categoria ICAP das aeronaves no último ano.
 - 1.1 Deverá ser verificado anualmente, até o fim do mês de [●], o enquadramento do aeroporto conforme os dados apurados de movimentação aeroportuária dos anos anteriores.
 - 1.1.1 O reenquadramento do aeroporto em Faixa superior será efetivado após a incidência por 2 (dois) anos consecutivos em que a movimentação aeroportuária for compatível com a nova Faixa.
 - 1.1.2 Efetivado o reenquadramento do aeroporto em Faixa superior, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 22 (vinte e dois) meses, a contar do dia 1 de [●] do ano da efetivação do reenquadramento, para realizar as adequações necessárias ao pleno atendimento dos requisitos contratuais exigidos para esta Faixa.

Anexo 02– Complexo Aeroportuário | Bloco Nordeste e Bloco Sudeste

APÊNDICE G

Tabela de premissas que serviram de base para a definição dos INVESTIMENTOS PREVISTOS (Fase II)

Esta tabela indica os INVESTIMENTOS PREVISTOS por aeroporto dada a capacidade do aeroporto considerados os passageiros processados durante a HORA PICO pelo aeroporto até a próxima ampliação ou até o final da CONCESSÃO. Para cada ciclo, está indicada a HORA PICO para a qual o INVESTIMENTO PREVISTO foi estimado para atender à capacidade projetada para aquele investimento. A Tabela também apresenta as mudanças de AERONAVE CRÍTICA ou a introdução de voos regulares, fatores determinantes para a definição dos INVESTIMENTOS PREVISTOS. A tabela não inclui aeroportos sem voos regulares ao longo da CONCESSÃO.

Aeroporto	Aeronave Crítica Inicial	Capacidade fim Fase I-B	Ciclos do Investimento – Fase II				
			Anos 4-7	Anos 8-12	Anos 13-17	Anos 18-22	Anos 22-30
GRUPO NOROESTE							
São José do Rio Preto	Cat. 4C	635 pax/h			735 pax/h	900 pax/h	
Presidente Prudente	Cat. 4C	492 pax/h		600 pax/h		750 pax/h	
Araçatuba	Cat. 4C						
Votuporanga	Cat. 2B						
Barretos	Cat. 2B	40 pax/h		124 pax/h	Aeronave Crítica Cat. 3C	142 pax/h	
Dracena	Geral			Voos Regulares Cat. 2B			
Tupã	Geral			Voos Regulares Cat. 2B 18 pax/h			
Presidente Epitácio	Geral			Voos Regulares Cat. 2B 18 pax/h			
Assis	Cat. 2B						
Avaré / Arandu	Geral			Voos Regulares Cat. 2B			
Penápolis	Geral			Voos Regulares Cat. 2B			
GRUPO SUDESTE							
Ribeirão Preto	Cat. 4C	620 pax/h	784 pax/h	850 pax/h	1.000 pax/h	1.200 pax/h	
Bauru / Arealva	Cat. 4C	340 pax/h	375 pax/h		400 pax/h		
Marília	Cat. 3C	65 pax/h	224 pax/h				
Araraquara	Cat. 3C						
São Carlos	Cat. 2B						
Franca	Cat. 2B						
Registro	Cat. 2B						
Guaratinguetá	Cat. 2B						